

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**

URUSSANGA: DA ESCOLA ITALIANA À ESCOLA PÚBLICA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

LUCIMARY VENDRAMINI

**FLORIANÓPOLIS
2003**

URUSSANGA: DA ESCOLA ITALIANA À ESCOLA PÚBLICA

Lucimary Vendramini

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Edna Garcia Maciel Fiod

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do título de Mestre em Engenharia de Produção.

Florianópolis, novembro de 2003.

URUSSANGA: DA ESCOLA ITALIANA À ESCOLA PÚBLICA

Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do título de Mestre, especialidade em Engenharia de Produção, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, da Universidade Federal de Santa Catarina.
Florianópolis, 27 de novembro de 2003.

Prof. Edson Pacheco Paladini, Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Edna Garcia Maciel Fiod, Dr^a .
Professora Orientadora

Prof^a Édis Mafra Lapolli, Dr^a .
Membro da Banca Examinadora

Prof^a Célia Regina Vendramini, Dr^a .
Membro da Banca Examinadora

AGRADECIMENTOS

Várias foram as pessoas que, de certa forma, me ajudaram na realização deste trabalho. Quero expressar aqui o meu agradecimento a algumas delas, pois sem a sua participação eu não teria escrito este texto.

Agradeço à minha mãe, Lourdes, que também merece o título de mestre, pelo seu empenho e dedicação em ajudar nas entrevistas, procurar documentos nas escolas e na prefeitura de Urussanga, enfim, pelo seu apoio incondicional de mãe. Agradeço ao meu pai, Basílio, por me ensinar muitas coisas, entre elas a cultura e a tradição italianas. Toda a minha família merece um muito obrigada, por me incentivar sempre: Ana, Josa, Luiza, Artur, Sofia, Júlia, José, Josi, Helena, Beatriz e Lucas.

Ao Christian, por me apoiar desde o início e nunca me deixar desanimar ou desistir. Seu estímulo e carinho, mesmo de longe, me fizeram acreditar que é possível.

À Edna, por suas leituras, sugestões e idéias, sem as quais este trabalho não se concretizaria. À Célia, que também me orientou e incentivou, não só durante esta pesquisa, mas em todo o tempo que moro em Florianópolis. Ao Marcio, pela formatação final do trabalho.

Meu muito obrigada aos que contaram histórias valiosíssimas, que ficarão registradas nesta dissertação e na minha lembrança: Achiles, Adélia, Gerni, Matilde, Nadir, Nilsa, Orcy e Zelinda.

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, pela orientação na procura da documentação necessária à pesquisa.

Às secretárias da Câmara Municipal de Urussanga e do Colégio Estadual Barão do Rio Branco, por disponibilizarem importantes documentos.

À Universidade Federal de Santa Catarina, por oferecer um curso de Mestrado gratuito e de qualidade, apesar de todas as dificuldades que uma instituição pública enfrenta.

Enfim, agradeço a todos aqueles que colaboraram direta ou indiretamente com a elaboração deste trabalho, pois eu não o teria feito sozinha.

RESUMO

VENDRAMINI, Lucimary. **Urussanga: da Escola Italiana à Escola Pública.** Florianópolis, 2003, 66 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, 2003.

Esta dissertação aborda as especificidades da educação antes da criação da escola pública em Santa Catarina e no município de Urussanga, quando as escolas são estrangeiras. Além disso, apresenta a transição entre a escola italiana e a pública e quais fatores influenciam na queda de uma e na ascensão de outra. As hipóteses da pesquisa são: a escola pública é instituída com o objetivo de formar e disciplinar as pessoas para servirem de força de trabalho na sociedade industrial que emerge com a expansão do capitalismo nas colônias formadas por imigrantes; a instituição da escola pública também é um meio para a nacionalização das colônias, que criam escolas sem fiscalização do governo, ensinando língua e cultura estrangeiras. A abordagem é qualitativa, sendo utilizada a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a entrevista. A partir da análise dos dados, conclui-se que a implantação da escola pública ocorre com o intuito de nacionalizar a cultura dos descendentes de imigrantes que ainda não se sentem cidadãos brasileiros e torná-los indivíduos obedientes e disciplinados, a fim de se constituírem como força de trabalho assalariada.

Palavras-chave: Imigração italiana; escola italiana; escola pública.

ABSTRACT

VENDRAMINI, Lucimary. **Urussanga: from the Italian School to the Public School**, 66 p. Essay (Master's degree in Production Engineering) – Mastery Degree Program in Productions Engineering, UFSC, 2003.

This dissertation intends to present the education specifications before the creation of public schools in Santa Catarina and in the Urussanga's City, when the schools were foreign schools. Besides that, pretend to observe the transition between the Italian School to the public one and which factors affected one's fall and another's arising. The central hypothesis is that the public school is found with the goal of educate and discipline people to serve the labor force on the industrial society what emerges with the capitalism expansion in the colonies constructed by the immigrants. The public school institution is also a mean to nationalize the colonies, which create schools without government inspection, teaching foreign language and culture. The research is qualitative, using the methods of: Bibliographic research, documental research and interviews. From the analysis of these data, concludes that the implantation of the public school occurs in order to nationalize the immigrant descendent's culture, which still doesn't feel like Brazilians citizens.

Key words: Italian immigration, italian school, public school.

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

QUADROS:

Quadro 1 - Fatos relevantes para a escolarização em Urussanga do final do século XIX até metade do século XX	06
Quadro 2 - Escolas de Urussanga com ensino em língua italiana	30

FIGURAS:

Figura 1 - Mapa de Santa Catarina localizando Urussanga	08
Figura 2 - Mapa indicando a imigração italiana em Santa Catarina	21

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO	iv
ABSTRACT	v
1 – INTRODUÇÃO	01
1.1 – Movimento Escolar, Social e Político em Urussanga do Final do Século XIX até Metade do Século XX	04
2 - A IMIGRAÇÃO E A ESCOLA ITALIANA	08
2.1 - Contextualização Histórica do Município de Urussanga	08
2.2 - Aspectos Sociais e Econômicos de Urussanga	12
2.3 - Imigração Italiana	15
2.4 - A Escola Italiana em Urussanga	24
2.4.1 - Ensino com as Freiras	32
3 - DA ESCOLA ITALIANA À ESCOLA PÚBLICA	34
3.1 - Panorama Geral da Escola Pública no Brasil	34
3.2 - Escola Pública em Santa Catarina	40
3.3 - A Ascensão das Escolas Públicas em Urussanga	52
3.4 - As Atuais Escolas Públicas de Urussanga	57
4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
BIBLIOGRAFIA	63

1 - INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de reflexões feitas acerca do funcionamento das escolas estrangeiras e do início do ensino público em Santa Catarina.

A questão que norteará este texto é: por que e em quais condições é implantada a escola pública neste Estado? A hipótese central é que a escola pública é instituída com o objetivo de formar, educar e disciplinar as pessoas para o assalariamento, ou seja, para servirem de força de trabalho na sociedade industrial que emerge no Brasil no final do século XIX. Além disso, a escola pública é um meio para a nacionalização das colônias de imigrantes. Tanto italianos quanto alemães, poloneses, austríacos etc criam escolas sem a fiscalização do governo e ensinam uma língua e uma cultura estrangeiras. Ocupando o espaço da escola, é possível impor determinadas práticas sociais.

A pesquisa foi realizada em Urussanga, sul de Santa Catarina, visto que não foi encontrado um estudo específico sobre o surgimento da educação pública neste município. Pretende-se verificar as especificidades da educação antes de se criar a escola pública em Urussanga, quando as escolas são estrangeiras, ou seja, quando os imigrantes fundam escolas para reforçar seu grupo étnico, ensinando língua, cultura, valores e ideais de seu país de origem. Um outro objetivo desta pesquisa é observar como ocorre a transição entre a escola italiana e a pública, tendo em vista que esta começa a ser organizada em 1911, em Santa Catarina, com a reforma coordenada pelo professor Orestes Guimarães. Pretende-se, ainda, observar quais fatores influenciam na queda de uma e na ascensão de outra, com base nos contextos nacional e internacional.

Urussanga foi colonizada por imigrantes italianos. Assim, o contexto social da Europa e do Brasil no período da imigração é fundamental para se comprovar as hipóteses deste trabalho. A partir da metade do século XIX, chegam ao Brasil aproximadamente um milhão e meio de imigrantes italianos. Para Santa Catarina, os italianos começam a chegar em 1875. Em Urussanga, as primeiras famílias italianas chegam em 1878.

Tanto o governo italiano quanto o brasileiro têm interesse na imigração. Paulilo (1998) afirma que a preocupação do governo brasileiro é mais militar do que agrária. Além disso, tem interesse em 'branquear' o povo mestiço, pelo fato de acreditar na superioridade da 'raça branca'. Para tanto, organiza uma política de colonização que traz muitos infortúnios para os imigrantes europeus, a ponto de seus países de origem tomarem medidas em sua defesa. Apesar de já existir uma força de trabalho composta por negros e índios, o governo imperial traz os imigrantes, no momento de expansão do capitalismo industrial no Brasil. A população indígena é aos poucos dizimada. Depois dos índios são

os negros a sofrer por falta de espaço social e de trabalho com o fim da escravatura; neste momento, eles são descartados como possíveis trabalhadores fabris.

A Europa, por sua vez, constitui-se como local de expulsão dos excedentes, com o advento da industrialização. Na década de 1880, na Itália, milhares de pessoas não têm como sobreviver do trabalho fabril ou de permanecer na agricultura. A Revolução Industrial e a Revolução Francesa significam progresso e ao mesmo tempo fome, miséria, doenças e desemprego. Portanto, a emigração é uma necessidade dos expropriados em busca de trabalho e sobrevivência, segundo Hobsbawm (1989).

A existência dos imigrantes italianos que formam colônias no sul do Brasil é incentivada pelo poder público. As colônias são homogêneas, pois não têm comunicação com imigrantes de outras nacionalidades e pouca comunicação com os brasileiros. Sem auxílio do governo brasileiro ou italiano, constroem suas casas. Devido à falta de escolarização das crianças e ao analfabetismo, fundam escolas, em condições precárias, que nem sempre funcionam num local específico. O professor muitas vezes é alguém da comunidade, que sabe um pouco mais do que os outros. Nestas escolas os alunos aprendem a língua, a cultura e os costumes de seu país de origem, justamente pelo fato de estarem abandonados pelos governantes. Quando estas escolas já estão estruturadas, o governo estadual começa a interferir no currículo das mesmas.

O processo de criação da escola pública é conflituoso, especialmente em Santa Catarina, devido à existência destas escolas estrangeiras e da resistência dos imigrantes em mudarem seus costumes e tradições.

O desenvolvimento industrial no Brasil provoca a busca por força de trabalho. Os imigrantes, que até então estão vivendo de acordo com tradições, hábitos, cultura e língua trazidos da Europa, começam a serem vistos como um problema diante do movimento nacionalista, cientificista e liberal, defendido pelos republicanos. Com o controle das práticas sociais fica mais fácil para os Estados seguirem o ideário político nacional. Para tanto, a implantação de uma escola pública, gratuita e laica parece fundamental. Assim, a escola pública em Santa Catarina, desde seu início, se contrapõe à chamada escola estrangeira.

A partir de 1911, inicia-se uma reforma educacional, dirigida por Orestes Guimarães, objetivando nacionalizar as chamadas zonas de imigração. Segundo Nóbrega (2000), cria-se um currículo contendo o ensino de língua portuguesa, história e geografia do Brasil, educação moral e cívica etc. Guimarães acredita que propagando o ensino da língua e da cultura nacionais, os alunos podem tornar-se verdadeiros cidadãos brasileiros, cumpridores obedientes e disciplinados de seus

deveres. Portanto, neste sentido, a escola pública exerce papel fundamental, formando trabalhadores para atenderem às exigências do desenvolvimento econômico e social. Porém, o processo de nacionalização é permeado de conflito e resistência por parte dos imigrantes e também por parte da Igreja. Esta quer catequizar os filhos de imigrantes de acordo com os valores católicos. As escolas dirigidas por padres e freiras sofrem sérias perseguições nesta época.

Antes mesmo do início da reforma educacional de 1911, o assalariamento já está dado, pois muitos imigrantes da região sul de Santa Catarina são obrigados a trabalhar na construção de estradas e nas minas de carvão, para pagarem as terras adquiridas ao chegarem no Brasil.

Para demonstrar a passagem da escola italiana em Urussanga para a escola pública no município e no estado, com base nos contextos nacional e internacional, foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica referente aos temas em estudo; pesquisa documental no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, no período de 1900 a 1930, que inclui Mensagens apresentadas pelos Governadores ao Congresso Representativo, Regulamento Geral da Instrução Pública do Estado e Correspondências da Câmara Municipal, Superintendência e Intendência do Conselho Municipal para o Governador. Outro local de pesquisa documental utilizada foi a Câmara Municipal de Urussanga, onde se verificou os livros: “Câmara Municipal de Urussanga – Atas – 1901 a 1910”, “Câmara Municipal de Urussanga – Atas – 1911 a 1928” e “Câmara Municipal de Urussanga – Atas 1929 – 1935”. A pesquisa em documentos foi essencial para a comprovação das hipóteses.

Existem também informações neste trabalho herdadas da cultura oral, ou seja, não há registros, principalmente devido ao fato de existirem raras informações sobre as escolas italianas e o início da escola pública em Urussanga. Por esta razão, foram realizadas nove entrevistas, sendo sete com professores aposentados, que lecionaram em Urussanga durante toda a sua carreira. Não foi possível entrevistar professores que lecionaram antes de 1930, período em estudo, pois a professora mais antiga do município começa sua carreira em 1935. As outras duas entrevistas foram realizadas com pessoas nascidas em Urussanga, que conhecem um pouco da história da imigração e da educação no município. Para não divulgar os nomes dos entrevistados, estes são denominados, ao longo do texto, de Entrevistado 1, Entrevistado 2 etc.

Este trabalho, inserido na área de Mídia e Conhecimento do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, pretende aprofundar conhecimentos sobre a educação pública de um município sobre o qual pouco se pesquisou. Trata-se de um assunto que merece estudo, devido à sua importância para o município, por reunir diversos

dados que até então não haviam sido registrados. Também é importante para o estado de Santa Catarina, por levantar questões sobre o início da educação pública, que é permeado de conflitos políticos, sociais, econômicos e pedagógicos.

Este texto está organizado em quatro capítulos. O primeiro deles é esta introdução. O segundo capítulo trata de contar um pouco da história do município de Urussanga, revelando seus principais aspectos sociais, culturais e econômicos. Como o município é colonizado por imigrantes italianos, também é feita uma incursão sobre a imigração italiana no Brasil e o momento histórico e social pelo qual passa a Europa no século XIX. Relacionada com a imigração do sul de Santa Catarina e a formação de colônias, está a criação de escolas italianas sem a intervenção governamental. Sobre isso e também sobre o ensino organizado pela Igreja em Urussanga, trata este segundo capítulo.

O terceiro capítulo tem por objetivo mostrar o início da escola pública e as motivações para a sua organização, enfatizando o contexto histórico em que ela inicia na Europa e posteriormente no Brasil. Em seguida, apresenta-se o processo inicial de criação da escola pública em Santa Catarina, tendo como particularidade as escolas estrangeiras estruturadas pelos imigrantes. Por último, são apresentados dados sobre o início da organização da escola pública em Urussanga, visto que este processo está relacionado com o fechamento das escolas italianas e a sua conseqüente nacionalização.

O quarto e último capítulo consiste nas considerações finais.

1.1 – Movimento Escolar, Social e Político em Urussanga do Final do Século XIX até Metade do Século XX

Apresenta-se, a seguir, uma linha do tempo. Além de informar fatos e épocas que marcam o município de Urussanga, especialmente no tocante à escolarização, ela pretende indicar que o movimento escolar está estreitamente ligado com o movimento social, econômico e político. Um exemplo de interesse político é a nacionalização das escolas através da imposição do ensino da língua portuguesa.

As escolas criadas em Urussanga expressam a história da constituição do município, suas relações sociais, marcadas essencialmente pela colonização italiana e pelo “desenvolvimento civilizatório”, desencadeado com a construção da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina e com a exploração do carvão.

Os fatos ocorridos no município e o surgimento de suas escolas expressam também o movimento nacional e internacional, como a Segunda Guerra Mundial, a posição do Brasil junto aos países aliados e a política de nacionalização de Vargas.

Além disso, o desenvolvimento industrial no Brasil e a conseqüente exigência de pessoas preparadas para o trabalho assalariado impulsionam a instituição da escola pública no país, de modo geral.

Quadro 1 - Fatos relevantes para a escolarização em Urussanga do final do século XIX até metade do século XX

Ano	Fatos Relevantes para a Escolarização em Urussanga
1827	Reconhecimento do carvão pelo governo imperial (CARUSO, 2000).
1874	Início da construção da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina no trecho que liga Laguna a Lauro Müller.
1877	Chegam à região os primeiros imigrantes italianos, instalando-se em Azambuja. Esta colônia é fundada neste mesmo ano.
1878	Chegam ao Brasil 1.500.000 imigrantes italianos (TRENTO, 2000).
1878	Fundação de Urussanga, com a chegada de 76 famílias de imigrantes italianos (BALDESSAR, 1991).
1880	Início da construção da estrada de ferro de Imbituba a Lauro Müller.
1885	Início da exploração de carvão mineral em Lauro Müller.
1886	Primeira escola particular de Urussanga com ensino em italiano (ESCARAVACO, 1984).
1888	Abolição da escravatura com a Lei Áurea assinada pela princesa Isabel.
1888	Proclamação da República Federativa do Brasil.
1888	Governo Imperial intervém no processo de imigração e passa a pagar passagem aos imigrantes italianos (TRENTO, 2000).
1890	Promulgada a Lei Glicério, que permite às empresas trazer imigrantes para o Brasil.
1891	Fundação da Federação de Cooperativas das Colônias Italianas do Sul de Santa Catarina e da Società di Mutuo Soccorso Fratellanza Italiana (BALDIN, 1999).
1891	Criada a primeira escola pública estadual em Urussanga, com o professor Giovanni Salvador (ESCARAVACO, 1984).
1894	Existem 6 escolas italianas particulares em Urussanga (DALL'ALBA, 1983).
1899	Urussanga conta com 15 mil habitantes (ESCARAVACO, 1984).
1900	Urussanga passa de distrito de Tubarão para município (ESCARAVACO, 1984).
1900	Urussanga possui 7.145 habitantes.
1901	O Conselho Municipal de Urussanga aprova a primeira Lei da Instrução Pública.
1902	É nomeado o padre Luigi Marzano, primeiro vigário da Paróquia de Urussanga (MADEIRA, 1988).
1902	Urussanga conta com o total de 14 escolas subvencionadas, com 598 alunos.
1902	Chega a Urussanga o primeiro médico, Dr. Cesari Sartori (BALDIN, 1999).
1903	Chegada das freiras da Congregação das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus em Urussanga (BALDIN, 1999).
1906	Existem 13 escolas italianas particulares e 1 gratuita em Urussanga (DALL'ALBA, 1983).
1907	Dos 345 alunos matriculados no Estado, 220 desconhecem a língua portuguesa (MONTEIRO, 1983).
1909	Santa Catarina possui 177 escolas públicas e 6.707 alunos (FIORI, 1991).
1910	Urussanga possui 18 escolas subvencionadas pelo município.
1911	Início da reforma da educação primária em Santa Catarina, organizada pelo professor Orestes Guimarães.
1913	Ano em que são criadas escolas italianas primárias em maior número nos centros urbanos em São Paulo, Santa Catarina e no Rio Grande do Sul (TRENTO, 2000).
1914	Início da I Guerra Mundial.
1915	Existem 18 escolas municipais e particulares em Urussanga, totalizando 646 alunos.
1916	O Estado mantém 27% das escolas catarinenses, 17,5% são mantidas pelos municípios e 65% delas são particulares.
1917	Início da exploração do carvão em Urussanga e Criciúma (BALDIN, 1999).
1917	Aprovada a Lei n. 1.187, que estabelece o ensino obrigatório de português, geografia e história brasileiras em todas as escolas estrangeiras.

Quadro 1 - Fatos relevantes para a escolarização em Urussanga do final do século XIX até metade do século XX (Continuação).

Ano	Fatos Relevantes para a Escolarização em Urussanga
1917	O município de Urussanga corta a subvenção às escolas onde não se ensina a língua nacional.
1918	Fim da I Guerra Mundial.
1918	Criação do Decreto Federal nº 13014, que autoriza o fechamento das escolas estrangeiras (BALDIN, 1999).
1919	Fundação das empresas carboníferas CBCA, Companhia Carbonífera de Urussanga S/A, Carbonífera Próspera S/A e Companhia Nacional de Mineração de Carvão do Barro Branco.
1920	Das 147 escolas particulares do Estado, 49 são estrangeiras.
1927	O ensino primário no Brasil completa 100 anos.
1928	Criação do Grupo Escolar Tibúrcio de Freitas em Urussanga.
1928	Urussanga conta com 23 escolas isoladas.
1930	O G. E. Tibúrcio de Freitas possui 73 alunos.
1930	Getúlio Vargas assume o governo brasileiro e permanece até 1945.
1939	Início da II Guerra Mundial.
1934	Existem 11 escolas municipais em Urussanga.
1945	Fim da II Guerra Mundial.

2 - A IMIGRAÇÃO E A ESCOLA ITALIANA

Este capítulo apresenta uma contextualização histórica do município de Urussanga, salientando seus aspectos culturais, sociais e econômicos. A história de Urussanga confunde-se com a história da imigração, tendo em vista que este município é uma das primeiras colônias italianas fundadas em Santa Catarina.

Também são feitas reflexões a respeito da imigração italiana no Brasil e em Santa Catarina, bem como sobre o contexto social da Europa no momento da imigração.

Um estudo sobre a escola italiana no município também se apresenta neste capítulo, a partir do conjunto de interesses entre o ensino organizado pela comunidade, pelas freiras e pelo poder público. Vale salientar que as primeiras iniciativas educacionais no município de Urussanga partem dos imigrantes italianos.

2.1 - Contextualização Histórica do Município de Urussanga



Fonte: www.sul-sc.com.br/afolha/cidades/Urussanga.html

Figura 1 – Mapa de Santa Catarina localizando Urussanga.

O município situa-se na região sul de Santa Catarina, 18 km ao norte de Criciúma e 185 km ao sul de Florianópolis. Sua área territorial é de 234,6 km² e a população atual totaliza 17.749 habitantes.¹

O nome dado ao município de Urussanga tem origem indígena e atribui-se ao fato de existir na região um pássaro chamado Uru e alguns riachos denominados de Çanga. Observa-se a cultura indígena, presente neste nome, o que não ocorre com os municípios vizinhos, que possuem nomes de cidades italianas: Nova Veneza, Nova Beluno, Nova Treviso, Nova Palermo, entre outros. Somente Urussanga traz um nome realmente indígena. Segundo os jornais italianos da época, este nome parece ‘um grito de guerra de uma tribo selvagem’ (CARUSO, 2000).

Em 06 de outubro de 1900, Urussanga passa de distrito de Tubarão para município. O seu primeiro prefeito é Jacinto de Brida. No ano seguinte, o município é dividido em seções eleitorais. Pertencem a Urussanga, nesta época, as seguintes vilas: Cocal, Morro da Fumaça, Siderópolis e Treviso. Atualmente, todas estas vilas são municípios.

Dall’Alba (1983) traz uma estatística do ano de 1901, feita pelo cônsul italiano Gherardo Pio de Savóia. Em 1900, Urussanga possui 7.145 habitantes, sendo que 7000 são italianos.

Em 17 de julho de 1902, é nomeado o padre Luigi Marzano, italiano, como primeiro vigário da Paróquia. Marzano (apud MADEIRA, 1988) relata que na sua chegada existia apenas uma pequena igreja, uma casa para o padre, um cemitério, uma praça rodeada por duas fileiras de casas, aproximadamente vinte de cada lado. Eram casas comerciais, em sua maioria.

A história do município está ligada com a história da colonização italiana. Os índios que lá viviam eram considerados como parte da fauna da região, portanto sua existência vai sendo gradativamente exterminada. Os dados abaixo ajudam a entender como ocorre o processo de imigração.

Em dezembro de 1876, o engenheiro maranhense Joaquim Vieira Ferreira chefia uma Comissão Imperial que amplia a formação de novos núcleos de colonização, tendo como ponto de partida o vale do rio das Pedras Grandes, afluente do rio Tubarão. Assim, no ano seguinte, inicia o levantamento e a demarcação dos lotes da área, onde é a sede do município (ESCARAVACO, 1984). Um pouco antes, em 1874, inicia-se a construção da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina, do trecho que liga Lauro Müller a Laguna, sendo concluída em 1885.

O diretor dos *Núcleos Coloniais de Imigrantes Italianos* é o engenheiro Joaquim Vieira Ferreira, tendo como auxiliar o agrimensor Augusto Barrandon. Eles são designados pelo Governo

¹ Estes dados estão disponíveis em: www.sul-sc.com.br/afolha/cidades/Urussanga.html (acesso em 15/06/2003).

Imperial para organizar os imigrantes para as colônias de destino e fazer a medição dos lotes. As colônias são: Azambuja, Armazém, Urussanga, Criciúma, Nova Veneza, Nova Belluno (hoje Siderópolis), Nova Treviso (hoje Treviso), Grão-Pará, Orleans, Braço do Norte, entre outras (BALDIN, 1999).

Em 26 de maio de 1878, data oficial da colonização do município de Urussanga, instala-se definitivamente o núcleo italiano, vindo principalmente da região de Belluno – cidades de Feltre, Cadore e Longarone, da Itália.

Em 1886, o Núcleo Colonial de Urussanga ainda é uma extensão da Colônia Azambuja, fundada em 1877, e pertencente ao município de Tubarão, assim como as demais colônias da redondeza. Azambuja é a primeira colônia fundada na região, seguida por Urussanga e depois pela Vila de São José de Cresciúma, ficando conhecida mais tarde como região carbonífera de Criciúma, criada em 1880.

Tubarão é o limite dos trabalhos da *Comissão de Terras e Colonização para o sul da Província de Santa Catarina*. No entanto, pela distribuição territorial, Urussanga situa-se como uma parte do município de Araranguá (antigo Campinas do Sul).

Os imigrantes destinados à colônia de Urussanga, ao chegarem, ficam acampados em barracões abertos nas laterais na praça principal da cidade. Um ano mais tarde, em 1879, os imigrantes italianos do Vêneto, juntamente com outros imigrantes que chegam a Santa Catarina, partem para a colônia de Urussanga, para iniciar o trabalho de implantação dessa nova colônia.

Ao chegarem em Tubarão de barco, explica Baldin (1999), caminham cerca de 50 quilômetros de distância, local de destino. Andam vários dias no meio da floresta, carregando seus fardos, seguidos pela família, num caminho cheio de espinhos, rios, pântanos, lamaçais, em meio a insetos. Dormem sob folhas secas e passam muita fome até chegarem a seu destino. Esperam encontrar casa e roça prontas. Ao invés disso, são amontoados em barracões até receberem seus lotes, ferramenta para o trabalho na roça e alimentação para algum tempo. As demais dificuldades ficam a cargo dos imigrantes. Como não têm outra alternativa, derrubam a mata, plantam, constroem suas cabanas cobertas com folhas de árvores e posteriormente constroem casas de madeira.

As colheitas acontecem mais tarde, assim como são construídos moinhos de farinha, pequenas vendas com o indispensável como café, sal, açúcar e azeite. Aos poucos a urbanização se faz presente. Tudo com muita dificuldade e muito sofrimento: falta de instrumentos de trabalho, de materiais, de pessoal, de gado, de sementes e falta de cumprimento do Contrato de Imigração. Além disso, os colonos, muito religiosos, não têm padre nem igreja, escola ou professor, médico tampouco. Apesar

de todo o desencanto com a nova terra e das durezas do cotidiano, os italianos orgulham-se em dizer, principalmente nas cartas aos familiares da Itália, que estão todos bem e não voltam atrás.

Segundo Baldessar (1991b), o único meio de comunicação é a carta e os meios de transporte são: carro de boi, a cavalo ou a pé. Em 1930, ainda chega-se até Urussanga através de trilhas, pois as árvores maiores não são cortadas, são apenas contornadas. O imigrante também sofre muito pelo fato de não conhecer o dinheiro usado no Brasil e por ter pouca instrução na hora de fazer os cálculos.

Conforme o referido autor, nas bibliografias existentes sobre a chegada dos imigrantes, há divergências quanto ao número de famílias que chegam em Urussanga. Alguns autores afirmam que são 76 famílias, porém os sobrenomes fixados em Rancho dos Bugres² (localidade do interior do município) são 49. Pode-se concluir que os nomes dos maiores de 18 anos, solteiros e com o direito de também escolherem um lote, não estão incluídos entre os 49 nomes.

As terras distribuídas entre os imigrantes são montanhosas e cheias de pedra, dificultando a derrubada e o plantio. Além disso, as terras são habitadas pelos índios. Porém, poucos autores que escrevem sobre imigração mencionam a existência dos índios na região quando da chegada dos imigrantes e que eles vão aos poucos sendo empurrados para o planalto, mortos e expulsos de suas terras, por conta do interesse do governo imperial em trazer a “civilização”. Com as derrubadas, eles vão perdendo seu habitat natural, a mata virgem. A comunidade considera os índios Xokleng, principalmente, como um problema a ser enfrentado, uma ameaça pior do que os animais ferozes.

Havia cerca de 100.000 índios na região sul do Brasil. Na área colonizada pelos imigrantes, compreendida entre os municípios de Urussanga, Siderópolis, Morro da Fumaça, Criciúma e Içara, havia cerca de 226 índios. O número é menor do que no norte do país devido provavelmente ao clima frio. No entanto, a densidade indígena aumenta, com o tempo, devido à colonização por imigrantes no norte do estado ocorrer num momento anterior. Isso leva os índios a se mudarem para o sul (BALDESSAR, 1991a).

No início, os índios trabalham para os imigrantes em troca de alimento. Porém, os imigrantes ficam cada vez mais descontentes com os índios devido às mortes e aos roubos de alimentos nas roças, afirma Baldessar. Na realidade, os índios tentam expulsar os imigrantes das terras, pois sentem-se ameaçados; eles roubam porque sabem que estão perdendo suas terras, suas formas de sobrevivência.

² Os nativos da região, ou seja, os índios, são chamados de bugres pelos italianos. As atrocidades contra os índios são justificadas pelo fato deles serem considerados animalizados. Segundo Paulilo (1998), o preconceito contra o índio é necessário para justificar a colonização de terras já habitadas.

Quando os índios começam a ameaçar a colonização da Companhia Metropolitana (extração de carvão), por volta de 1893, 1894, Miguel Napoli, um dos responsáveis pela Companhia, intercede perante às autoridades e organiza uma matança, atingindo cerca de trinta índios.

Baldessar (1991a) também afirma que a maior parte dos índios morre de gripe, sarampo e tuberculose. Porém, não menciona que tais mortes são convenientes para os imigrantes e principalmente para os responsáveis pela colonização. Estes acreditam que com os índios não haveria civilização, tampouco industrialização, portanto convém eliminar os índios para assentar um povo que traria progresso para o país. O autor também não comenta que as terras são consideradas vazias, sem dono. A existência da população indígena torna-se um problema e os imigrantes não sabem como lidar com esta situação.

Os imigrantes italianos, além de colonizarem a área, cuidarem de suas terras, passam a trabalhar na construção da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina e nas minas de carvão. Aos poucos, eles são obrigados a trabalhar em troca de um salário, como na Europa do século XIX. A industrialização e a vinda incessante de imigrantes vai empurrando-os para o assalariamento. As dívidas feitas para a aquisição das terras obrigam-nos a buscarmos trabalho fora de seus lotes.

Urussanga possui uma ligação com a cidade italiana Longarone. São consideradas cidades gêmeas, pois muitos imigrantes colonizadores vêm de lá. Assim, a conexão Urussanga e Itália é retomada devido a um acordo feito entre as duas cidades. Atualmente, ocorre o contrário do que ocorreu há mais de um século atrás. Muitos urussanguenses estão saindo de seu município de origem para trabalharem na Itália, em sorveterias, pizzarias, restaurantes, casas de família etc. Muitos conseguem cidadania italiana e vão servir de força de trabalho barata em diversos países da Europa. Alguns voltam, outros conseguem estruturar sua vida por lá. Isso ocorre devido às altas taxas de desemprego em toda a região sul, bem como em todo o Brasil. A força de trabalho excedente está sendo enviada para a Europa, assim como aconteceu com os excedentes humanos durante a Revolução Industrial na Europa.³

2.2 - Aspectos Sociais e Econômicos de Urussanga

Após a fundação da colônia de Urussanga, em 1878, sua economia baseia-se na agropecuária, passando mais tarde à extração do carvão mineral e à indústria do vinho. Uma das principais

³ Sobre este assunto, ver: BISCAIA, C. **Um mundo em movimento – imigrantes no século XIX e emigrantes no século XX em Criciúma**. Florianópolis: Trabalho de Conclusão de Curso. UFSC/CFH, 2003.

atividades econômicas inicia-se em maio de 1917, com a abertura das minas de carvão. Para toda a região existe a vantagem de aumentar a exploração e a exportação. Além do carvão, as outras atividades econômicas deste período são: banha de porco, vinhos de uva, coque, vinhos compostos, vermute e quinado. Posteriormente, passa a ser considerada a Capital do Vinho e até hoje comemora-se a Festa do Vinho. Atualmente diversificada, a economia de Urussanga abrange, entre outras áreas: cerâmica, móveis, plásticos e equipamentos agropecuários.

Para se desenvolver economicamente, a colônia de Urussanga passa por condições adversas devido à falta de meios de comunicação e de um centro urbano para a aquisição de bens de consumo. Assim, os produtos ficam mais caros. O que os colonos produzem não têm para quem vender. Além disso, os produtos perdem em qualidade para as colônias existentes há mais tempo. O local colonizado mais próximo é São Joaquim, que muitas vezes já possui os produtos dos colonos (BALDESSAR, 1991b).

No final do século XIX e início do XX, o milho é o principal produto agrícola e o mais rentável. Com ele é feita a polenta, comida presente na mesa dos imigrantes todos os dias. Além do milho, os colonos produzem arroz, trigo, feijão, ervilha, fumo e cana-de-açúcar.

Os colonos também têm como hábito a produção do mel de forma artesanal, especialmente os moradores da zona urbana. Uma outra alternativa é o cultivo do bicho-da-seda, cujo fio é utilizado em trabalhos manuais de lenços, luvas, gravatas etc. Este trabalho é realizado nos finais de semana, à noite, pelas mulheres e pelos filhos menores (BALDIN, 1999). Isto reforça a idéia de que o trabalho dos italianos nas colônias é familiar, ou seja, o desenvolvimento da colônia depende de todos – pai, mãe e filhos.

Os italianos das colônias de Urussanga, Nova Veneza, Azambuja, Nova Belluno, Cocal, Criciúma, Nova Orleans, Nova Treviso, Armazém etc, incentivados por Roti, cônsul italiano da época, fundam em 1891 a Federação de Cooperativas das Colônias Italianas do Sul do Estado de Santa Catarina e uma associação denominada Società di Mutuo Soccorso Fratellanza Italiana (criada para dar respaldo e garantir o funcionamento da referida federação). O objetivo das instituições é atender aos interesses das colônias junto ao Brasil e à Itália, fortalecendo a política e a economia das colônias. Esta federação situava-se em Desterro, tendo consulado, uma escola de língua italiana, um salão de bailes, uma biblioteca, entre outros (BALDIN, 1999).

Depois de algum tempo de esforço, trabalho, exploração e matança de índios, Urussanga já possui atafonas, moinhos, engenhos, ferrarias, serrarias, oficinas, comércio de secos e molhados. Isto faz de Urussanga a colônia mais desenvolvida da região, inclusive entre as mais antigas. Nos anos de

1904 a 1906, Urussanga possui 19 casas comerciais, enquanto que Criciúma possui 7 (BALDIN, 1999).

Uma das dificuldades dos colonos é a distância entre as casas e entre as colônias agrícolas, separadas por florestas fechadas. Isto dificulta a comunicação em caso de doenças, nos ataques dos indígenas, que roubam alimento nas roças, pois suas formas de sobrevivência vão desaparecendo, bem como na comercialização dos seus produtos. Mesmo assim, os imigrantes conseguem enviar para a Itália, por meio de navios, caixas com alimentos, cartas e até mesmo dinheiro para seus parentes. Em 1918, segundo Baldin (1999), após o término da Primeira Guerra, a ajuda mútua acentua-se, tendo em vista que na Itália não se encontram diversos gêneros alimentícios. Os navios trazem e levam diversas encomendas das famílias que se separam devido às circunstâncias da imigração.

Os italianos vênets das colônias da região de Urussanga fazem o esperado pela política governamental brasileira: implantam e desenvolvem as colônias (BALDIN, 1999).

A industrialização nas colônias italianas ocorre lentamente. Em Azambuja, o governo manda construir uma atafona movida a boi para produzir farinha de milho. Os outros povoados copiam as indústrias pioneiras: atafonas, serrarias, ferrarias, sapatarias, geradores de luz, cantinas de vinho, fábricas de produtos suínos, engenhos de açúcar e de farinha. Urussanga destaca-se na produção de vinho, tendo como pioneiro Giuseppe Caruso, seguido de Lourenço Cadorin. No entanto, o cultivo de uva sofre com o advento do carvão. Os ácidos atingem o crescimento das parreiras e a produção das uvas. A industrialização primária ajuda muito o imigrante, mas o carvão mineral impulsiona a economia da região (BALDESSAR, 1991b).

O elemento mais importante para a economia urussanguense no século XIX é o carvão. Sua exploração é feita inicialmente por empreiteiras cariocas. Em meados da década de 1950, empresários locais compram as empreiteiras ou recebem concessão para a abertura de novas minas, afirma Goularti Filho (1995).

Segundo Biscaia (2003), a imigração italiana na região coincide com o início da infra-estrutura para a exploração do carvão (construção de ferrovias) e com a eliminação da população indígena que vivia no local.

A extração de carvão é impulsionada nos momentos de crises mundiais: Primeira Guerra, Segunda Guerra Mundial e crise do petróleo. No início da I Guerra, é reativada a indústria de extração mineral, por causa das reduções nas importações de combustíveis. Durante o período da II Guerra, aumenta o preço do carvão na Europa e nos Estados Unidos; assim, o Brasil passa a importar menos.

Durante a crise do petróleo, há um crescimento acelerado na extração de carvão, conforme Santos (apud BISCAIA, 2003).

É importante salientar que a exploração de carvão também traz prejuízos. Os mineiros aposentam-se com 15 anos de serviço devido à insalubridade de trabalhar debaixo de uma mina. Além disso, os desabamentos causam inúmeras mortes. Outro ponto prejudicial é a poluição, atingindo a agricultura da região.

Atualmente, Urussanga produz vinho, cerâmica, móveis, plásticos, equipamentos agropecuários, além de um pequeno comércio local de artigos de primeira necessidade.

A produção de vinho tem o reconhecimento da classe política do Estado. Recentemente, a Assembléia Legislativa aprovou projeto de lei reconhecendo Urussanga como "capital do bom vinho". O título orgulha não apenas produtores industriais, mas também dezenas de produtores artesanais, que conservam a tradição e produzem o "bom vinho" como os colonizadores.

Por outro lado, Urussanga possui seus pontos negativos. Em uma pesquisa realizada por Amorim e Pochmann (2003) sobre a exclusão social no país, há a organização de um atlas mostrando os municípios do Brasil que se encontram em situação de exclusão. Os municípios estão organizados de acordo com sua situação social a partir de um índice que vai de 0 a 1, ou seja, quanto maior o índice, melhor é a situação. Dentre os municípios que possuem desigualdades, está Urussanga. No que diz respeito à pobreza, o seu índice é de 0,821. O índice de alfabetização é de 0,923, ou seja, há poucos analfabetos no município. Já a escolarização não é tão alta, com 0,578. O índice de emprego formal é baixo, totalizando 0,208. Quanto à violência, esta praticamente não existe, pois possui o melhor índice, 1,000. O índice de desigualdade é de 0,145, o que indica a existência de grandes diferenças sociais; possui, por exemplo, o bem-alimentado e o faminto. Por último está o índice de exclusão social, que é de 0,600. Este reúne os outros índices, indicando que Urussanga possui um pouco mais de incluídos do que excluídos.

2.3 - Imigração Italiana

Além das reflexões anteriores sobre a imigração italiana em Urussanga, faz-se necessário contextualizar o momento histórico em que se encontra a Europa no período de colonização do Brasil, durante a segunda metade do século XIX.

Por volta da segunda metade do século XIX, a Itália ainda é dividida em Estados, cada qual com sua dinastia tradicional. Portanto, as mudanças sociais que ocorrem na Europa, como a

Revolução Industrial na Inglaterra e a Revolução Francesa, não repercutem de imediato na Itália, a não ser no campo ideológico, originando algumas associações revolucionárias clandestinas (BALDIN, 1999).

O mundo em 1789 ainda é essencialmente rural. Hobsbawn (1989) afirma que o problema na Europa é agrário, pois existe exploração dos donos das terras, ou seja, daqueles que produzem e acumulam riqueza em relação aos que cultivavam a terra.

Grande parte dos que cultivam na Europa, analisa Hobsbawn, são negros que trabalham como escravos. A servidão vai sendo substituída pela propriedade, para o uso da qual são cobrados aluguéis. Quem é proprietário livre, deve ao antigo senhor, ao príncipe, à igreja, em contraste com a relativa isenção das classes sociais mais altas. Apenas algumas áreas, como no norte da Itália, têm um desenvolvimento agrário capitalista, sendo que a propriedade de terra é concentrada com a existência de um enorme proletariado rural. A maioria dos camponeses não tem terra ou possui quantidade insuficiente para dela viverem, além de não acompanharem o avanço da técnica.

Ao contrário do mundo agrícola, continua o referido autor, a mineração e a fabricação expandem-se rapidamente por toda a Europa a partir de meados do século XVIII. Apesar disso, o controle continua feudal.

A Revolução Industrial, analisada por Hobsbawn (1989) como o poder das sociedades de multiplicar rapidamente homens, mercadorias e serviços, é o impulso para o crescimento auto-sustentável. Iniciada na Inglaterra em 1780, a Revolução Industrial tem conseqüências em todo o mundo. Ao mesmo tempo em que significa progresso para os industriais, devido às novidades sendo criadas como o trem, a luz elétrica, o navio a vapor, para outros significa condições precárias de trabalho, fome, miséria e descontentamento de grandes massas, dando origem a movimentos de rebeldia contra a ordem. Enfim, o clima na Europa é de confronto social.

O pânico nas cidades inquieta os camponeses, gerando o chamado Grande Medo, em 1789. Segue-se a isto diversas guerras quase que ininterruptas, pois a maioria da população fica fora deste processo industrial. Poucos têm condições de realizar as antigas formas de agricultura, além de não conseguirem emprego nas fábricas. A industrialização, ao mesmo tempo em que praticamente impossibilita a sobrevivência dos pequenos agricultores, dos artesãos e dos trabalhadores braçais, favorece os grandes proprietários de terras, analisa Hobsbawn (1989). Assim, quem não encontra espaço na indústria, é obrigado a emigrar em busca de trabalho e sobrevivência.

Os terrenos, afirma Baldin (1999), principalmente da região do Vêneto, na Itália, pertencem à nobreza ou à burguesia, sendo divididos em pequenos lotes e arrendados aos camponeses para o

plântio, por taxas altas de juros ou hipotecas, o que gera um endividamento sem fim. Raramente, algum camponês consegue comprar um lote. Na década de 1880, a Itália passa pela primeira fase de sua Revolução Industrial, que gera muita fome, miséria, desemprego e muitas doenças. Tais infortúnios diminuem consideravelmente a população das regiões Vêneto, Piemonte e Lombardia devido à emigração.

Vale salientar que a colonização ocorre por meio de acordo entre os governos italiano e brasileiro, pois ambos têm interesse pela imigração. A preocupação do governo brasileiro é com a integração nacional. Ocupar terras passa a ser, no sul do Brasil, uma importante estratégia. Assim, as pessoas vindas de uma cultura em fase de industrialização, acostumadas com o trabalho assalariado, são mais acessíveis ao disciplinamento. A Europa, por sua vez, têm interesse em expulsar a força de trabalho excedente, que ameaça a sociedade com suas revoltas.

Entre os anos de 1875 e 1880, começam a circular pela Europa, principalmente Alemanha e Itália, jornais, panfletos patrocinados pelas Companhias Estrangeiras de Imigração fazendo propaganda favorável das Américas como sendo uma terra tropical riquíssima, com muitas áreas cultiváveis, segurança, paz, liberdade etc.

As propagandas prometem muito mais do que os imigrantes encontram aqui no Brasil. Os que vêm para o sul formar colônias agrícolas nem imaginam que precisam construir suas casas, derrubar florestas, plantar, enfim começar uma vida nova. O Entrevistado 1, neto de imigrantes italianos vindos para Urussanga, conta sobre os imigrantes vindos para o município:

Vinha de lá, coitado, na esperança de encontrar mundos e fundos aqui e tinha só mata virgem, animais ferozes, índios. Eles foram muito enganados. [...] Eles se lembravam da Itália, tinham saudades. Queriam voltar, mas não tinham condições. Mas muitos gostaram de ficar aqui. Outros chegaram até a pedir para o diabo levar de volta. Outros diziam que aqui era bom, ninguém falava em guerra, em morte, fome não se passa porque tem terra bastante para trabalhar, colher, comer.

A entrevista revela o abandono dos colonos ao chegarem na América e, ao mesmo tempo, um certo alívio por terem escapado da guerra, da fome e da falta de terra para plantar.

Os italianos têm dois destinos ao chegarem no Brasil: São Paulo ou região sul. Em São Paulo existe a possibilidade de trabalhar nas fazendas de café ou nas indústrias em processo de ascensão; no sul formar colônias agrícolas, além de desenvolver uma economia voltada para a ‘civilização’, segundo Trento (2000).

Trento afirma que a partir de 1878, conforme estatísticas italianas, um milhão e meio de imigrantes italianos chegam ao Brasil. A alta concentração de italianos no Brasil ocorre principalmente entre 1887 e 1902, ano em que totaliza 900 mil pessoas. Entre 1876 e 1914, os

italianos representam 44% dos estrangeiros no Brasil. As estatísticas baixam para 306 mil pessoas nos anos de 1903 a 1920. Em 1900, existem 232 estrangeiros para cada mil habitantes, em São Paulo, onde o fluxo é maior. Estes estrangeiros incluem principalmente italianos, espanhóis e portugueses. Em todo o país há 73 estrangeiros para cada mil brasileiros. No período entre as duas guerras mundiais, a imigração totaliza 88 mil pessoas e de 1946 até os anos 90 entram 130 mil italianos.

Em Santa Catarina, os primeiros imigrantes a chegarem no século XVIII são os açorianos, ocupando a região do litoral. Na década de 1820 do século XIX chegam os alemães, a partir de 1875 chegam os italianos e a partir de 1882 os poloneses, segundo Paulilo (1998).

A partir de 1880, conforme Baldin (1999), o governo italiano passa a limitar e até impedir a saída do seu povo para o Brasil devido ao não cumprimento do prometido pela Lei de Imigração do Governo Imperial do Brasil de 1867, pelas Companhias de Imigração, pelas Companhias Colonizadoras e pelos representantes do Governo Imperial no tratamento para com os imigrantes.

Os responsáveis pela colonização, entre eles Joaquim Caetano Pinto Júnior, responsável pela execução do contrato de recepção dos imigrantes “Caetano Pinto”, não estão preparados para dois problemas importantes: desconhecimento da realidade brasileira por parte dos imigrantes e falta de previsão governamental para alojar as pessoas que chegam da Europa, analisa Piazza (1976).

Os imigrantes italianos formam colônias homogêneas, sem comunicação com imigrantes de outra nacionalidade e pouca comunicação com os brasileiros. Assim, continuam transmitindo a cultura, os valores e a língua italiana.

Em 1888, o Governo Imperial brasileiro também intervém no processo de imigração, tomando novos procedimentos na recepção dos imigrantes, inclusive pagando a passagem. Há o interesse em trazer para as terras consideradas “vazias” trabalhadores da Europa. A colonização acaba sendo uma solução para eliminar o excedente europeu. Segundo Sodré (apud FIOD, 1995), os trabalhadores não vêm em busca de melhores condições de vida, mas sim por necessidade de força de trabalho no Brasil e pelo atraso e empobrecimento de algumas regiões da Europa. Isto é estimulado pela iniciativa privada e por sistematização oficial.

A colonização, realizada em nome da “civilização”, significa um passo importante na perpetuação do capitalismo, analisam Fiod e Aued (2002). A América consiste em um espaço para minimizar a crise social existente em alguns países da Europa, na metade do século XIX.

O trecho da mensagem escrita pelo governador do Estado em 1914 vem confirmar os objetivos da colonização do Brasil:

Paiz novo e despovoado, o Brazil só na immigração terá o factor essencial no seu progresso econômico. Sem o braço alienígena, um paiz como o nosso, de população rarefeita [...] não

pode entrar no combate pacífico [...] em que a vitória depende do progresso da economia e da superioridade na produção e em que as nações se disputam mercados e não províncias (Sinopse Apresentada ao Congresso Representativo do quadriênio 1910 a 1914 em 20/06/1914, p. 6).

O Brasil é considerado um país “novo e despovoado”. Portanto, necessita de um progresso econômico e social, à semelhança dos chamados países desenvolvidos.

O governo brasileiro, conforme Baldin (1999), empenha-se mais na década de 1880 no sentido de atrair pessoas pela ‘imigração espontânea’, ou seja, com o cumprimento dos acordos, os imigrantes já instalados se esforçam para trazer da Europa familiares e amigos. Em um dos novos acordos, o governo compromete-se em pagar a passagem dos portos do Rio de Janeiro ou Santos até as colônias de destino. Porém, os italianos já não acreditam nessas novas promessas, uma vez ludibriados por propagandas enganosas e promessas não cumpridas. Mesmo assim, aqueles já bem instalados chamam seus parentes para virem para o Brasil, alegando que viver aqui ainda é melhor do que ficar na Itália. Além da imigração espontânea, a propaganda do governo também auxilia bastante no aumento da procura por terras brasileiras.

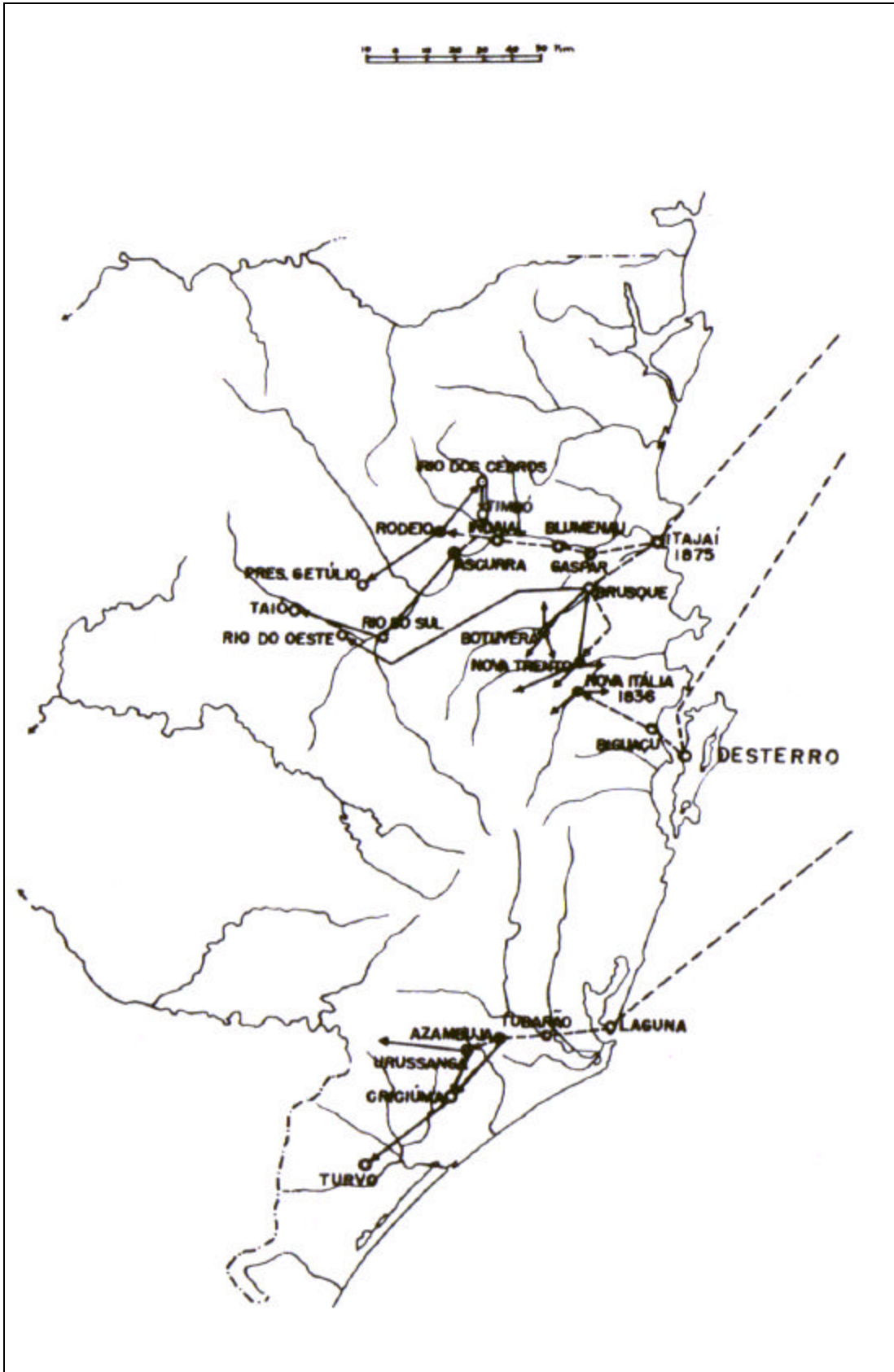
Os Vênetos, afirma Baldin (1999), após decidirem em família pela emigração, vendem tudo o que possuem a preços insignificantes e partem. Com sorte, pagam a passagem para o Brasil, iniciam o pagamento da terra e alguns, muito raramente, conseguem pagar a terra à vista.

Conforme Trento (2000), o trajeto Gênova-Rio de Janeiro é feito em navio a vapor com a duração de três semanas de viagem e uma separação rígida entre primeira, segunda e terceira classes. A falta de higiene, a superlotação e a pouca variedade de alimentos provocam a difusão de doenças. Uma parte desembarca no Rio de Janeiro e outra em Santos. Muitas pessoas que desembarcam no Rio de Janeiro continuam a viagem até Curitiba, Florianópolis ou Porto Alegre. Dali partem para propriedades administradas pelo Estado, governo federal ou empresas privadas de colonização, de barco, a pé ou em carroças.

Na cidade de Laguna, por possuir porto, circulam muitos imigrantes a espera de seguirem para as colônias ou cidades destinadas. No entanto, não existe um abrigo para hospedar os imigrantes enquanto aguardam a resolução e a orientação do governo. Os primeiros imigrantes, de Laguna, partem para o Rio Tubarão até o povoado de Tubarão. A partir daí seguem de barco ou com carro de boi para as colônias, onde serão fixados definitivamente (BALDIN, 1999).

Em Santa Catarina, as terras destinadas à colonização situam-se entre o planalto e o litoral. Estas terras, pantanosas, pouco férteis, cheias de mosquito e de índios, são absolutamente impróprias para a agricultura, naquele tempo. Tais terras são destinadas para a colonização em Santa Catarina,

para resolver dois problemas: fazer a ligação entre o planalto e o litoral e, ainda, desenvolver a região, exterminando os índios que dificultavam a integração do solo catarinense. A seguir, pode-se observar no mapa as áreas do estado colonizadas por imigrantes italianos.



Fonte: Piazza (apud PAULILO, 1998, p. 87).

Figura 2 – Mapa indicando a imigração italiana em Santa Catarina.

Conforme Piazza (apud PAULILO, 1998), os imigrantes italianos instalam-se na bacia do Rio Itajaí, tanto na colônia de Blumenau, quanto na colônia de Brusque, junto ao Itajaí-Mirim e seus afluentes. Depois se espalham pelo vale do Rio Tijucas, até as margens do Rio Luís Alves, local de fundação da colônia de mesmo nome. Mais tarde, chegam outros imigrantes e dirigem-se para o vale do Rio Tubarão, seguindo daí para Urussanga e Araranguá.

Até a metade do século XIX, a imigração italiana no sul não passa de algumas centenas de pessoas, apesar do casamento de D. Pedro II com a italiana Teresa Cristina de Bourbon e da hospitalidade concedida a exilados políticos que participaram dos movimentos de 1821 e 1831, na Itália. Muitos continuam a lutar no Brasil, inspirados por exemplos como Libero Badarò e Giuseppe Garibaldi (TRENTO, 2000). Este último participa ativamente da Guerra dos Farrapos no Rio Grande do Sul em 1835. É interessante observar que a praça central de Urussanga denomina-se “Praça Anita Garibaldi”, uma homenagem à mulher de Giuseppe Garibaldi. Ela residia em Laguna e juntou-se ao exército dos Farrapos.

Ainda segundo Trento (2000), já no período imperial, começa uma lenta e progressiva penetração do capital inglês no Brasil. A construção de estradas de ferro na metade do século XIX permite um aumento de 60% nas exportações da produção principalmente de café e de açúcar. Nesta mesma época, alguns fazendeiros resolvem custear a vinda de italianos para o Brasil com a finalidade de trabalhar nas fazendas. Estes trabalhadores são tratados praticamente como escravos. A partir de 1880, aproximadamente, a província de São Paulo assume o pagamento da viagem da Itália para o Brasil, tirando o vínculo de obrigação dos colonos em relação aos fazendeiros, seguindo o mesmo estatuto nacional dos italianos destinados às colônias. A gratuidade na viagem e a ausência de obrigações com fazendeiros atraem mais imigrantes, satisfazendo a necessidade de força de trabalho nas fazendas. No entanto, em 1902, o governo italiano decide proibir a emigração custeada pelo governo brasileiro devido principalmente à crise do café, que piora as condições de trabalho neste setor.

Os imigrantes italianos implantam um forte potencial turístico em várias cidades do sul. Trazem o hábito de cultivar a uva para as regiões onde se instalam: São Paulo, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Assim, a produção de vinho torna-se atividade de subsistência de várias regiões. Instalam-se também em outras regiões do país, porém não em número significativo. Os italianos também se destacam no campo da construção civil, na pintura no final do século XVI e também na escultura e na música no século XIX, comenta Trento (2000).

A diversificação das atividades nos núcleos coloniais devido às suas necessidades permite a criação de empresas artesanais e a ampliação do comércio. Mais tarde, alguns núcleos tornam-se centros urbanos, que dão origem a várias cidades. Os núcleos coloniais deixam de ser formados após o início do século XX. A imigração só é retomada após a Segunda Guerra Mundial, porém sem muito sucesso.

Muitos imigrantes vindos para o Brasil e para outros países das Américas fogem do horror vivido durante a Segunda Guerra. No entanto, a vida dos italianos que vivem no Brasil não diferencia muito da vida levada pelos que ficam na Itália, no que se refere à longa jornada de trabalho nas fábricas, que chega a doze horas diárias e aos baixos salários. Grande parte dos sindicatos de ofício de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul possui italianos como dirigentes, assim como os filiados no sindicato são italianos, na sua maioria. Além dos sindicatos, várias associações operárias são fundadas por italianos, como grupos políticos, sociedades de socorro mútuo, criadas basicamente por moradores de comunidades populares. Tais sociedades substituem algumas carências nas áreas de previdência social e assistência pública (TRENTO, 2000).

A presença italiana é grande também em atividades consideradas marginais (engraxates, vendedores ambulantes, afiadores, carregadores etc) e entre o proletariado das fábricas, atingindo 60% da força de trabalho nas fábricas na capital de São Paulo, entre 1900 e 1915. Nesta mesma época, formam-se grandes fortunas, como as das famílias Lunardelli, Morganti, Crespi, entre outras, esclarece o autor.

As escolas italianas primárias, segundo Trento (2000), são criadas em maior número no ano de 1913 (187 no estado de São Paulo e 91 no Rio Grande do Sul). Os italianos que moram nos núcleos coloniais são os mais carentes no que diz respeito à criação de escolas, devido ao seu isolamento. Os imigrantes desejam que seus filhos estudem e mantenham a língua italiana. No nível de ensino médio, destaca-se o Instituto Dante Alighieri, situado em São Paulo. Ao contrário do número de escolas, o número de jornais em língua italiana é grande, entre os anos de 1875 e 1960, e são direcionados a diferentes públicos: publicações literárias, femininas, esportivas, de moda, de economia, para crianças, dentre outros.

A herança italiana na vida brasileira é vista na alimentação, nos rituais religiosos, no teatro, na música, na organização política, pelas experiências italianas principalmente nos movimentos anarquistas e socialistas.

O processo histórico que culmina com a imigração tem sua origem na expropriação dos trabalhadores que são obrigados a deixarem sua terra natal, seus familiares, suas referências e

atravessar o oceano em busca de trabalho em terras desconhecidas. Tal situação expressa como o capitalismo constitui excedentes humanos, ou seja, é capaz de descartar mercadorias, entre elas a força de trabalho, no processo de acumulação de riquezas.

2.4 - A Escola Italiana em Urussanga

Para a organização desta parte do trabalho, são utilizadas as seguintes fontes de pesquisa: entrevistas a pessoas residentes no município que conhecem um pouco da história da imigração e da educação no local, muitas vezes presente somente na oralidade, Livro de Atas da Câmara Municipal de Urussanga e uma restrita bibliografia sobre o assunto. Várias foram as dificuldades metodológicas em relação às fontes de pesquisa, tanto orais quanto escritas, pois estavam dispersas, com informações algumas vezes contraditórias.

Os imigrantes italianos, ao chegarem no Brasil e nos vinte anos seguintes, aproximadamente, não recebem apoio de qualquer natureza, tanto do governo brasileiro, quanto do italiano.

O governo imperial determina as áreas destinadas aos colonos. Separados pela sua etnia, eles formam os núcleos coloniais. As Companhias Colonizadoras, oficiais ou particulares, tomam conta dos imigrantes e do destino deles no Brasil.

A não estruturação do ensino elementar no Brasil, o que já é organizado em toda a Europa, ou seja, escola pública e gratuita para todos, leva os imigrantes italianos a organizarem o ensino de acordo com sua cultura, língua, seus valores e crenças.

Para tentar resolver o problema do analfabetismo e da escolarização das crianças, eles próprios dão início à criação de escolas italianas, a princípio comunitárias e mais tarde particulares. A escola italiana serve também para manter a língua de origem, facilitar a socialização e ensinar valores, padrões e atitudes.

Dall'Alba (1983) afirma que os primeiros italianos a chegarem na região de Urussanga são quase todos analfabetos. Os imigrantes italianos são, em sua maioria, agricultores, por isso não possuem instrução e nas colônias não há escolas, no início.

Por outro lado, há autores que afirmam, como Baldessar (1991b) e Cadorin (2002), que há analfabetos, mas que a maioria sabe o básico da escrita, da leitura e as principais operações matemáticas. Eles vêm de um país com tradição escolar, pois já há escola pública estruturada na Itália. Alguns aprendem com professor particular nas colônias; quem sabe um pouquinho mais ensina aos outros.

Segundo Escaravaco (1984), em 1886 começa a funcionar a primeira escola particular do município de Urussanga, onde se ensina tudo em italiano, tendo como professor Alfredo Pessi. No entanto, a escola é fechada no mesmo ano. Em Rio Maior, localidade do interior de Urussanga, também é fundada uma escola em língua italiana com o professor Gaetano Feltrin. O Entrevistado 2, residente no município de Urussanga, comenta:

Em 1883, 1884, tinha um tal de Caetano Feltrin, era um professor particular[...] Então ele dava aula, por exemplo, duas vezes por semana por um mil réis, um real, por semana. O Caetano Bez Batti, todos esses que nasceram em 1879, 1880, 1881, todos aprenderam com ele. E a caligrafia era uma só. Os alunos pagavam... eram obrigados. Ele ensinava em casa, num barraco, embaixo de uma árvore. Lecionava italiano, praticamente o vêneto e o latim, porque naquela época o latim funcionava, era como inglês hoje.

Além dos professores citados, existem outros que se destacam no ensino em língua italiana no município, como Aldo Caruso, Jácomo de Brida, Giuseppe Caruso (dá aula particular com o material que recebe da Itália), José Darolt (leciona numa igreja na localidade de Rio Maior, interior de Urussanga). Estes e outros nem sempre são professores formados, são pessoas que se destacam na comunidade por terem conhecimento básico da cultura italiana e das quatro operações, conteúdo ensinado nas escolas primárias da época.

No início, não há uma casa ou um prédio específico para a escola. Então, as crianças reúnem-se na casa de uma pessoa mais instruída, embaixo de uma árvore ou em outro lugar qualquer. O ensino é passado de maneira precária, sem material didático, sem qualquer apoio oficial, a não ser o esforço dos próprios colonos, que muitas vezes não podem pagar pelas aulas. Uma outra dificuldade é a distância entre as casas, os alunos precisam caminhar quilômetros para chegar até o local do ensino.

Além disso, os alunos não conhecem lápis e papel nesta época. Eles escrevem numa lousa feita de pedra ou de folha de plantas com um esmalte especial e utilizam uma pena e um vidrinho com tinta. Para apagar, é usado um pano.

É interessante observar o esforço para a criação e manutenção destas escolas, diante da falta de condições de funcionamento, numa região e num estado em que a escolarização ainda é assunto de poucos.

Assim como em Urussanga, as primeiras escolas leigas em Santa Catarina são constituídas pelos imigrantes europeus, que aqui se instalam no final do século XIX, a partir de suas necessidades ditadas pelo modo de vida na Europa e pelo novo e adverso modo de vida nas colônias estrangeiras em Santa Catarina.

Em 1891, é criada a primeira escola pública estadual, sendo escolhido na comunidade como professor o imigrante Giovanni Salvador. Além disso, ele promove a fundação da Igreja e a

organização das sociedades comerciais (ESCARAVACO, 1984). É interessante observar que a primeira escola pública possui um professor italiano.

Nesta época, o professor é considerado uma autoridade. Além de envolver-se com ensino, ele é liderança na comunidade. O Entrevistado 3 afirma: “Como professora, tanto no Rio América Baixo como lá na Linha Braço Cocal, a gente era professora, era enfermeira, era agricultora porque fazia quintal, era cozinheira porque fazia sopa, lanche para as crianças, era conselheira, era meio padre, tudo a gente fazia [...].”

O professor é muito respeitado por todos. Como não têm nenhuma assistência, os colonos contam com sua ajuda para resolver suas necessidades mais imediatas. Inicialmente, o professor é a pessoa mais esclarecida da colônia. Mais tarde, mesmo com a chegada de um padre, de um médico, o povo ainda tem muita confiança e consideração pelo professor.

Em 1895, é construída uma escola onde também se ensina em italiano em Rio Carvão, localidade do interior de Urussanga, com o professor Gregório Bosa, segundo Escaravaco (1984).

Dall’Alba (1983) afirma que a escola acima mencionada é fundada em 1894 e possui 22 ou 23 alunos, com uma frequência bastante escassa. No entanto, é a única escola que pode vangloriar-se pelos seus diversos anos de existência. Além desta, em 1894 existe no centro de Urussanga uma escola masculina com 60 alunos e uma escola feminina com 18 alunas, sendo que a primeira é fechada naquele ano.

Várias escolas são abertas e fechadas pouco tempo depois. Este fato pode ser explicado pela precariedade das escolas, pela distância das mesmas, pela falta de pagamento dos professores ou falta de professores, pela baixa frequência dos alunos, que em determinadas épocas do ano precisam ajudar sua família no plantio e na colheita.

Dall’Alba (1983) afirma que, além das escolas mencionadas, existem, no período de 1894, outras escolas primárias particulares, onde só se ensina em italiano, nas seguintes localidades:

- A) Rancho dos Bugres: 60 famílias, escola masculina e feminina, com 25 alunos;
- B) Urussanga Baixa: 100 famílias, escola masculina e feminina, com 20 a 30 alunos;
- C) Rio Caeté: 50 famílias, escola com 35 alunos, fechada em 1894, por falta de professor;
- D) Rio Carvão: escola masculina e feminina, com 20 alunos;
- E) Rio América: 40 famílias, masculina e feminina, com 18 alunos;
- F) Rio Maior: escola mista, fechada em 1892, também por falta de professor.

Estas escolas são precárias, sem livro ou qualquer outro material didático. São criadas por iniciativa dos imigrantes, sem qualquer incentivo estatal.

Baldessar (1991b) afirma que, em 1899, vinte anos após o início da colonização no sul, o cônsul italiano Gherardo Pio Savoia fica alarmado com a difícil situação dos filhos dos imigrantes ao visitar as colônias. Este cônsul consegue junto ao governo italiano e brasileiro verba para construir escolas primárias, pagamento de professores e a vinda de um padre para a região. Antes da visita do cônsul, tais assuntos não constituem preocupação para os responsáveis pela colonização. Apesar de Urussanga estar mais desenvolvida em relação às outras colônias, está estagnada no seu crescimento social, cultural e econômico.

O Entrevistado 2 esclarece que:

O governo italiano começou a mandar dinheiro antes de 1890, porque na Revolução de 1888, 1889, o nosso Brasil atravessou uma grande crise, que foram cortadas relações. Nenhum estrangeiro tinha mais segurança aqui no país. Naquela revolta de Marechal Deodoro, Marechal Herme, de 1890 até praticamente 1900⁴, o nosso Brasil parou, era só revolução, levante, contra-levante, as revoltas de São Paulo, do Maranhão, do Rio Grande, o país parou.

Além disso, as verbas que vêm da Itália são escassas e não apresentam regularidade e continuidade. Por isso várias escolas são fechadas.

Percebe-se uma contradição em relação às datas. Baldessar (1991b) afirma que a ajuda do governo italiano vem a partir de 1899. O Entrevistado 2 diz que a ajuda italiana chega até 1890, na década seguinte não há auxílio. Os fatos ocorrem, mas não necessariamente nas datas em que são contados. Assim como também deve haver várias versões para a mesma história. Tanto Baldessar quanto o Entrevistado 2 ouviram histórias de seus pais e avós.

Baldin (1999) comenta que, como argumento para conseguir auxílio do governo italiano, o referido cônsul faz comparações da ajuda que o governo alemão dá às colônias alemãs. Estas recebem escolas, professores, igrejas, padres etc. Além de algumas escolas italianas mantidas por pouco tempo, Santa Catarina recebe auxílio do governo italiano somente em 1902, quando chega o primeiro médico, Dr. Cesare Sartori. Padres chegam para permanência definitiva quando as colônias já estão instaladas. As datas em que os fatos ocorrem descritos pela autora coincidem com as datas relatadas pelo Entrevistado 2.

As escolas demoram consideravelmente para serem estruturadas. A maioria delas é construída somente quando o governo italiano envia verbas para tal finalidade. Os padres não dispõem de tempo para lecionar e os professores das colônias são pouco preparados.

⁴ O Entrevistado 2 refere-se à Revolta Federalista, que inicia com a Revolta da Armada no Rio de Janeiro em 1893. Tudo começa com a saída de Marechal Deodoro do governo antes de cumprir seu mandato. Cabe a Floriano Peixoto convocar novas eleições. Ele não o faz, o que revolta a Marinha. É uma luta sangrenta, tendo Floriano Peixoto como herói nacionalista para alguns e ditador cruel para outros. Com a iniciativa de Hercílio Luz, a capital tem seu nome trocado por Florianópolis, em homenagem à vitória das tropas de Floriano Peixoto (PAULILO, 1998).

Além da falta de estrutura para a existência de escolas, os colonos sentem que para trabalhar na roça não precisam saber ler e escrever. O Entrevistado 1, residente no município de Urussanga, em relação a este assunto, comenta:

Antigamente não davam muita importância aos estudos. Se era homem estudava, mas se era mulher, se sabia ler, escrever, multiplicar e dividir, já ficava em casa para trabalhar na roça. As famílias eram numerosas, muitos filhos e os mais velhos cuidavam do resto da turma que vinha chegando. Não se dedicavam muito aos estudos, não.

Conclui-se que a maioria dos alunos que estudam nas escolas primárias são meninos, já que mulher não vota, não toma qualquer tipo de decisão, não precisa saber muito para trabalhar na roça e fazer os serviços domésticos. Assim também o menino, só continua os estudos se possuir melhores condições financeiras. O Entrevistado 1 continua: “Quando nasceu o pessoal da classe média, iam estudar em Florianópolis no Ginásio Catarinense.[...] E as meninas então iam pra Escola Normal de Florianópolis no Colégio Coração de Jesus.” Portanto, a lógica é a mesma existente atualmente. A educação é elitizada. Justamente por este fato a escola pública não recebe a devida atenção, visto que a maioria dos que nela estudam são filhos de trabalhadores e por poucos anos.

O tempo de convívio dos colonos somente entre si e a falta de escolas faz com que as pessoas não mais falem o dialeto de origem, nem aprendam o português. Somente com a criação da escola pública, a maneira de falar e escrever português e italiano misturados começa a desaparecer.

Com o esforço dos próprios colonos, eles iniciam a construção da Igreja. Depois de muito tempo, em 1901, com os pedidos do Pe. Marzano e do cônsul di Savoia, o governo italiano começa a mandar para as colônias de Santa Catarina material escolar, livros e algum dinheiro para a construção de escolas e pagamento de professores (BALDIN, 1999).

O financiamento enviado em 1902 dura por algum tempo, o suficiente para a construção de vinte escolas italianas no sul do estado e o pagamento de vinte liras mensais aos professores. Segundo Cusano (apud BALDIN, 1999), além do material escolar, o governo italiano envia 360 liras anuais. Este valor é distribuído entre 43 escolas italianas localizadas em Santa Catarina, sendo 17 delas no norte do estado e 26 localizadas no sul do estado. Dessas 26 escolas, 4 localizam-se em Urussanga, 2 em Nova Veneza, 2 em Criciúma e 1 em cada um dos demais núcleos coloniais. O número de alunos de cada uma dessas escolas é de aproximadamente 35. Porém, conforme Baldin, quando este dinheiro pára de ser enviado, os problemas voltam a aparecer. Os colonos tentam, na medida do possível, manter estas escolas, a igreja e demais edifícios.

Dall’Alba (1983) traz uma estatística feita pelo cônsul italiano Gherardo Pio de Savóia, na qual consta que em 1902 Urussanga possui 14 escolas com 598 alunos matriculados. Destas, apenas 4 recebem auxílio do governo italiano.

Já nesta época existe o problema da falta de escolas, pois 598 alunos para 14 escolas resultam em, aproximadamente, 42 alunos por escola. Levando-se em consideração o pouco espaço em cada estabelecimento, fica evidente a super lotação.

A partir de 1902, consta no livro “Câmara Municipal de Urussanga – 1901-1910” a subvenção a escolas, no item Despesa. Dentre as 14 citadas acima, 10 são subvencionadas pelo município. Portanto, o município auxilia algumas escolas, mesmo sendo o ensino em italiano.

Os professores, muitas vezes, estão entre os próprios colonos para levar adiante a educação sem os subsídios enviados pelo governo italiano. O cônsul di Savoia tem sucesso em seu pedido nas escolas da “Vila-Sede” dirigidas por Giuseppe Caruso MacDonald, que possui dificuldades em encontrar pessoas capacitadas para lecionar. O mesmo ocorre em escolas de outras regiões da Colônia: Urussanga Baixa, Rio Carvão, Rio Salto, Rio Maior etc. Em alguns casos são trazidos professores de fora da Colônia, com um alto custo para os colonos.

O quadro abaixo apresenta uma síntese do processo de constituição das escolas estrangeiras no município de Urussanga, impulsionado por iniciativa dos imigrantes italianos.⁵

⁵ Alguns ítems deste quadro estão em branco por insuficiência de dados.

Quadro 2 – Escolas de Urussanga com ensino em língua italiana.

Ano	Tipo de escola	Professor	Duração	Local	Número de alunos
1886	Particular	Alfredo Pessi	1 ano		
1883/1884	Particular	Gaetano Feltrin		Rio Maior	
1891	Pública estadual	Giovanni Salvador			
1893	Particular/ mista	Benvenuto Cechinel		Rio Carvão	29
1894	Particular/ masculina		1 ano	Centro de Urussanga	60
1894	Particular/ feminina			Centro de Urussanga	18
1894/1895		Gregório Bosa		Rio Carvão	
1894	Particular/ mista			Rancho dos Bugres	25
1894	Particular/ mista			Urussanga Baixa	20 a 30
1894	Particular/ mista			Rio Carvão	20
1894	Particular/ mista			Rio América	18
1894	Particular/ mista			Rio Maior	
1894			1 ano	Rio Caeté	35
1901	Particular/ mista	Irmãs Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus		Centro de Urussanga	74
1901	Particular/ mista	Elisabetta Remor		Jordão	37
1901	Particular/ mista	Serafino Mezzari		Nova Belluno	39
1901	Particular/ mista	Giovanni Sprícigo		Rio América	23
1902	Particular/ mista	Pasquale Zaccaron		Rrussanga Baixa	26
1902	Particular/ mista	Giovanni Zanatta		Rio Caeté	33
1902	Particular/ mista	Inácio Barzan		Rio Maior	35
1902	Subsidiada/ mista	Giuseppa Maffioletti		Belvedere	33
1902	Particular/ mista	Davide Raspine		Nova Treviso	30
1902	Particular/ mista	Giovanni Damian		São Martinho	29
1902	Particular/ mista	Giuseppe Peruchi		Nova Belluno	26
1902	Particular/ mista	Lourenço Sacchet		Rio Galo	26
1905	Subsidiada/ mista	Giovanni Ferraro		Belvedere	22

Fonte: Dall'Alba (1983).

Este quadro totaliza 26 escolas. Com exceção das duas escolas localizadas em Belvedere e da escola estadual fundada em 1891, todas as outras são particulares. Isto indica que o funcionamento das outras 23 escolas depende exclusivamente da comunidade. Todos os professores são italianos, inclusive as irmãs, portanto o ensino é dado na língua italiana nesta época.

As escolas estrangeiras, criadas pelos imigrantes italianos, significam a continuidade de sua cultura, costumes, tradições, ideais e sua língua de origem. Constituem-se também como espaço de fortalecimento das colônias, diante das adversidades do novo local de vida e de trabalho. Além disso, os imigrantes buscam reproduzir a educação existente na Itália.

O ensino funciona de forma precária. Os professores nem sempre são remunerados, as escolas nem sempre têm um local específico para funcionarem e material didático é artigo de luxo.

Em 1909, o município de Urussanga subsidia 18 escolas, segundo a Ata do Conselho Municipal de Urussanga de 1º/01/1910. Em 1902, o município subvenciona apenas 10 escolas. Portanto, neste período compreendido entre 1902 e 1909, 8 escolas a mais são subvencionadas.

Quando estas escolas estruturam-se, devido à subvenção recebida pelo município e durante pouco tempo pelo governo italiano, começam a receber pressão para ensinarem a língua portuguesa, a história e a geografia do Brasil. Este novo currículo é imposto a todas as escolas, pela reforma educacional iniciada pelo professor Orestes Guimarães, em 1911. Seu objetivo é uniformizar o ensino em todo o estado. As escolas onde não se ensina português vão aos poucos sendo fechadas pelo governo municipal, por exigência dos governos estadual e federal. A princípio, os professores que lecionam em língua italiana deixam de receber seus vencimentos, depois são afastados. Algumas escolas ficam sem professor, sendo fechadas, outras recebem professor nomeado e mais tarde concursado, habilitado para ensinar em língua portuguesa.

Em 1915, o município de Urussanga começa a sofrer pressão do governo estadual para o ensino da língua nacional. Consta na Ata do Conselho Municipal de Urussanga:

Logo em seguida pelo Presidente foi lido um officio do Secretario Geral do Estado o qual pedia que os professores publicos Estaduaes fossem auxiliado pela Municipalidade prohibindo ao Conselho de não ausilhar mais escolas estrangeiras; depois de prolongada discussão foi deliberado de mandar um officio ao Secretario Geral respondendo que a Municipalidade auxiliava 5 professores publicos estaduaes com um conto de reis da dividir-se entre os cinco, pelo entrante exercicio de 1916 (Ata da 7ª sessão ordinária de 1º/07/1915, p. 56).

Nóbrega (2000) comenta que, a partir do final do século XIX, a educação pública primária brasileira começa a ser organizada, revitalizando-se as Escolas Normais, assim como ocorre com o ensino público primário da Europa e dos Estados Unidos em meados do século XIX e em São Paulo desde 1890. Nos Estados Unidos, também há um grande número de imigrantes alemães e italianos. A escola primária é um instrumento de nacionalização dessas populações de ascendência européia.

Na Primeira Guerra Mundial, o governo brasileiro toma medidas para fechar ou substituir as escolas estrangeiras do sul do país através do Decreto Federal nº 13014 de 4 de maio de 1918. Mais tarde, com os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, o governo institui a nacionalização das escolas estrangeiras no Brasil, com o Decreto-Lei nº 383 de 18 de abril de 1938.

O que faz desaparecer a escola italiana é a concretização de uma escola única, laica e estatal. A escola estrangeira, por ter suas peculiaridades, torna-se um obstáculo para a criação de uma escola homogênea. O governo, num primeiro momento, aceita e subvenciona escolas particulares onde se ensina em língua italiana. Depois, tendo em vista as condições históricas que exigem uma educação de

massa, a escola estrangeira passa a ser um problema. Assim, a escola pública se fortalece com o movimento nacionalista e se opõe às chamadas escolas estrangeiras.

2.4.1 - Ensino com as Freiras

Os italianos, em sua maioria, são católicos. No Brasil, padres e freiras tentam perpetuar sua religião nos núcleos coloniais.

Em 1903, o Pe. Luigi Marzano, primeiro padre a se instalar em Urussanga, escreve para o Bispo de Piacenza, na Itália, pedindo ajuda a uma Congregação de freiras italianas para as colônias do sul de Santa Catarina. Na opinião do padre, as freiras seriam de grande ajuda também na área da saúde. A notícia de que o pedido do padre fora atendido trouxe uma nova esperança à colônia. Os italianos empenham-se na construção da casa onde seria a moradia das freiras e onde funcionaria a escola e a casa de saúde. Em 1903, a colônia de Urussanga festeja a chegada das freiras da Congregação das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, vindas da região do Piemonte (BALDIN, 1999).

No quadro 2, onde estão organizadas as primeiras escolas italianas, consta que a escola das Irmãs é fundada em 1901. Há uma contradição nas datas mencionadas pelos dois autores. Entretanto, a data mencionada por Baldin (1999) foi pesquisada no Arquivo da Congregação Religiosa e da Casa Pastoral de Urussanga.

Conforme consta na ata do Conselho Municipal de Urussanga, as irmãs solicitam subsídio em 1908 para a escola particular dirigida por elas, localizada na parte central do município. Conseguem a ajuda, porém com a condição de seguirem o programa de ensino municipal.

Depois de alguma discussão ficou resolvido que fosse concedida a quantia de cinquenta mil reis mensaes, com a condição porém que ellas (duas freiras) fossem leccionar no edificio destinado pela Municipalidade [...] sendo ellas obrigadas a ensinarem de accordo com o programma municipal (Ata da 5ª sessão extraordinária de 14 de dezembro de 1908, p. 115).

Isto indica o quanto a escola dirigida pelas irmãs sofre perseguições, muito mais do que as outras escolas italianas localizadas na zona rural do município. Estas começam a sofrer pressão somente em 1915, época em que o governo tenta mudar gradativamente o ensino dado nas escolas estrangeiras.

As escolas coordenadas por padres ou freiras italianas sofrem perseguições por serem consideradas focos de resistência ao nacionalismo. Por questões políticas, o padre Marzano parte em 1908, e as freiras, em 1923. Outras freiras desta mesma congregação voltam a Urussanga em 1998

para administrar o hospital. O Inspetor Escolar para as escolas italianas, Luigi Peroni, também encontra dificuldades para permanecer em Urussanga, por ser um nacionalista italiano, retornando à Itália (BALDIN, 1999).

O Entrevistado 2 comenta: “O padre Luigi Marzano foi embora para não ser morto. As freiras foram recolhidas para Campo Largo, para lá de Curitiba um pouco. Aquela casa das freiras ficou lá abandonada. Foi feita através de verba da Itália e sacrifício do povo daqui.”

O Entrevistado 4, em entrevista compartilhada com o Entrevistado 2, complementa: “A casa foi construída para essas irmãs que vieram da Itália dar aula primeiro em italiano, depois em português. Minhas tias todas aprenderam tudo em italiano. [...] O meu pai que está com cem anos não aprendeu o português, só o italiano.”

Vários padres que se estabelecem em Urussanga e região são perseguidos, ameaçados, alguns inclusive são mortos, por não agirem conforme os interesses dos dirigentes.

Segundo Cadorin (2002), a Igreja está preocupada em assegurar uma educação religiosa que não seja contaminada pela educação imposta pelo governo, às vésperas da Proclamação da República. O governo provincial não vê problema quanto à existência de escolas estrangeiras.

Porém, o governador do estado de Santa Catarina em exercício em 1915, Major João Guimarães, faz a seguinte afirmação sobre o ensino religioso: “Não combato o ensino religioso. Entendo, porém, que ele deve ser ministrado nos templos ou em escolas próprias [...] sem o caráter de obrigatoriedade e sem prejuízo do ensino público” (Mensagem Apresentada ao Congresso Representativo em 29/07/1915, p.27).

Há uma disputa de poder entre a Igreja e os governantes do estado e do município. O estado precisa impor um ensino que divulgue a cultura e a língua nacional e também que transforme o imigrante italiano em cidadão brasileiro, cumpridor dos deveres nacionais.

Com relação à manutenção das escolas por parte da igreja, antes de existir escola pública, o Entrevistado 2 esclarece:

A nossa igreja não mantinha a escola, a igreja era particular. A religião de Urussanga se manteve através do próprio povo daqui, não vinha financiamento da Alemanha ou da Itália. Aqui o pingão que foi feito foi sacrifício entre nós. O governo de lá mandava para São Ludugero, Orleans, Braço do Norte, onde era colônia alemã recebiam dinheiro da Alemanha.

Assim, a escola dirigida pelas freiras, em Urussanga, depende do esforço do povo em construir o prédio e mantê-la em funcionamento. A Igreja, portanto, não auxilia na manutenção desta escola.

3 - DA ESCOLA ITALIANA À ESCOLA PÚBLICA

O terceiro capítulo desta dissertação contextualiza o início da escola pública, mostrando o momento histórico em que ela inicia na Europa e posteriormente no Brasil. Em seguida, apresenta-se o processo inicial de criação da escola pública em Santa Catarina, que se desenvolve em oposição às escolas estrangeiras estruturadas pelos imigrantes. Por último, são analisados alguns dados sobre o início da organização da escola pública em Urussanga, uma vez que este processo está relacionado com a nacionalização das escolas italianas.

3.1 - Panorama Geral da Escola Pública no Brasil

O processo de criação de escolas públicas é incrementado a partir da década de 1930 e se opõe às escolas dos imigrantes europeus. De certo modo, este processo está vinculado aos contextos nacional e internacional. Assim, é feita uma incursão pelo advento da escola pública no Brasil e na Europa.

Para falar da educação pública no Brasil, conforme Lopes (1981), é preciso compreender o início da instrução pública na França no século XVIII. Esta ocorre no período da Revolução Francesa e nas lutas entre os estados e no Terceiro Estado (burguesia, populares urbanos, que são os operários e assalariados e camponeses, tanto grandes fazendeiros quanto arrendatários). O Primeiro e o Segundo Estado são formados pelo clero e pela nobreza, respectivamente. Assim, o Terceiro Estado pretende fazer uma reforma intelectual e moral, bem como superar as estruturas feudais.

Na análise de Lopes, a Revolução Francesa é resultado da luta armada entre Terceiro Estado contra Primeiro e Segundo Estados, na conquista de seu espaço econômico e ideológico. Depois que o Terceiro Estado assume o poder, a burguesia, pertencente ao referido Estado, assume o papel de classe fundamental, construindo e ampliando a sua hegemonia sobre os outros Estados e também sobre as classes populares.

As contradições do sistema feudal do século XII dão origem à facção do Terceiro Estado, que passa a impor uma nova visão de mundo. O individualismo, a igualdade e a liberdade são visões de mundo que caracterizam a burguesia. Esta se constitui entre os séculos XII e XVIII.

No período em que o mundo é dominado pela monarquia e pela igreja, o ensino é particular, restrito e religioso. Na conquista do poder, é necessário que o Estado (burguês) assuma o ensino, utilizando meios políticos para estender a escolarização leiga.

As pretensões da burguesia são conquistar o poder e tornar-se hegemônica. Para tanto, é preciso recorrer também à instrução. O exercício da instrução é privilégio da classe dominante. Para as classes populares, tal projeto não passa de intenção explicitada nos discursos políticos. Instituir o ensino público é uma maneira de tirar o poder da igreja. Além disso, o ensino é uma forma de tornar a nação igualitária, objetivo da nova visão de mundo burguesa. É preciso, pois, tornar os indivíduos iguais e cada um é responsável pelo seu sucesso ou fracasso. Porém, a desigualdade econômica existe e, segundo os liberais burgueses, pode ser superada através da educação. A ‘universalidade’ e a ‘gratuidade’ do ensino são palavras pronunciadas com frequência nos discursos (LOPES, 1981).

A idéia do homem como centro do universo advém do Renascimento. No período revolucionário, a proposta é transformar esta idéia em ação. “A instrução deverá veicular uma nova moral, superando a antiga, e terá na Razão um instrumento para captar e interpretar a nova realidade” (LOPES, 1981, p.118). A escola pública e gratuita não deve ser obrigatória, visto que a burguesia preza pela liberdade e não pela obrigatoriedade. Dessa forma, ela se desfaz da responsabilidade e do compromisso de construir escolas.

O processo que torna a aprendizagem pública, laica e estatal é o mesmo que provoca a derrocada do antigo regime.

A política e a ideologia do mundo no século XIX, formadas pela Revolução Francesa, fornecem idéias para a política liberal da maior parte do mundo, analisa Hobsbawn (1989).

Também a Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra, tem um significado fundamental na criação das escolas públicas. Manacorda (1989) analisa a Revolução Industrial como um fato que transforma os processos de trabalho, as idéias, a moral e a instrução.

Para Hobsbawn (1989), a Revolução Industrial refere-se à criação de um sistema fabril mecanizado capaz de produzir riquezas em grandes quantidades a um custo cada vez menor, quando os homens rompem com os limites naturais na produção. O progresso traz a iluminação a gás, as ferrovias, o navio a vapor, o telégrafo elétrico submarino etc. Juntamente com o progresso, a miséria cresce vertiginosamente. A partir da metade da década de 1840, há uma depressão industrial que aumenta o desemprego; os preços dos alimentos sobem e populações inteiras morrem de fome. Isto ocasiona a formação de diversos movimentos revolucionários na Europa.

O desenvolvimento das fábricas acaba suprimindo a aprendizagem artesanal, única forma popular de instrução, segundo Manacorda (1989). Portanto, fábrica e escola nascem juntas. As mesmas leis que dão origem à escola de Estado suprimem a educação dos jesuítas. Ao mesmo tempo, nasce a ciência da economia política. Estudiosos como Smith e Marx analisam os prejuízos causados

pela Revolução Industrial, que explora o trabalho não só dos adultos, mas também das crianças, privando-os de qualquer tipo de educação.

Nota-se uma contradição, pois no mesmo momento em que se difunde a educação popular, as crianças são obrigadas a venderem sua força de trabalho para o capitalista, o que dificulta a sua frequência à escola.

Com a Revolução Industrial, o modo de produção da riqueza vai se transformando. Após o domínio da produção artesanal e individual de pessoas ligadas a corporações de artes e ofícios, cria-se a cooperação simples em que artesãos dispersos concentram-se numa única oficina, apesar do trabalho continuar o mesmo. Posteriormente, desenvolve-se a manufatura, em que, num mesmo lugar, cada trabalhador realiza apenas uma parte do processo produtivo. Finalmente, com o avanço das forças produtivas, o trabalho passa a depender da máquina e não mais do homem. Este passa a ser um acessório da máquina.⁶

Com o advento da Revolução Industrial, desloca-se uma grande massa da população das oficinas artesanais para as fábricas, assim como dos campos para as cidades. O desenvolvimento industrial torna-se possível por meio da acumulação de grandes capitais. Ao sair da oficina e entrar na fábrica, sair do campo e ir para a cidade, o indivíduo transforma-se em proletário, assalariado. Trata-se de um longo processo histórico que culmina com a separação do trabalhador (produtor da riqueza) do seu instrumento de trabalho. Neste momento, a pequena ciência do artesão não lhe serve mais. Os operários perdem sua antiga instrução e na fábrica só adquirem ignorância. Assim, surge a necessidade da instrução para evitar a degradação completa das crianças e dos jovens. Começam a ser criadas, portanto, as escolas científicas, técnicas e profissionais.

Inicia-se, conforme Manacorda (1989), a exigência de uma reorganização da educação, juntamente com o surgimento da ciência e da indústria moderna. A instrução torna-se um problema político, tendo como objetivo educar o indivíduo para o trabalho, para que ele produza ativamente. Possuem este objetivo as indústrias, os Estados e as escolas novas.

Enquanto ocorre a Revolução Industrial na Europa, o ensino no Brasil ainda é organizado pelos padres jesuítas. Seu objetivo é, como afirma Romanelli (1984), conquistar fiéis e servidores, por meio da educação. Eles catequizam os índios e os filhos dos colonos. A educação elementar ministrada pelos padres aos poucos vai sendo dirigida apenas para a elite. A educação direcionada às elites caracteriza e distingue a aristocracia rural, atravessando todo o período imperial e atingindo o

⁶ Uma análise mais profunda dessas transformações no processo produtivo pode ser encontrada em Marx (1985), no livro *O Capital: crítica da economia política*. Livro 1, Vol. I, capítulos XI, XII e XIII.

período republicano, sem sofrer mudanças na sua estrutura. Mesmo quando a demanda social de educação aumenta, não há grandes mudanças em sua base.

Filhos de fazendeiros que conquistam o poder político são educados pelos jesuítas. Assim, junta-se a oligarquia da grande propriedade com a educação dos jesuítas. Mesmo com as reformas pombalinas feitas pelo Marquês de Pombal e a expulsão dos padres jesuítas, permanecem os seminários para a formação de sacerdotes (ROMANELLI, 1984). Tais sacerdotes são os disseminadores da pedagogia jesuítica, dando continuidade aos mesmos objetivos religiosos e literários.

No final do século XIX, segundo Romanelli (1984), começa a surgir uma nova camada social intermediária. Seu surgimento é mais visível na zona urbana e acentuado com a mineração. A vida social desta nova camada passa a ser mais ativa pelo envolvimento político e por estar ligada a atividades de artesanato, pequeno comércio e burocracia. Esta classe emergente é semelhante à burguesia européia e está vinculada às mesmas idéias liberais que lá dominam.

Após o período jesuítico, vem a independência política do Brasil, por volta de 1890. E a pequena camada intermediária vai logo percebendo o valor da educação para a ascensão social. O sistema educacional, contudo, continua fundado na aprendizagem escolástica.

O sistema dual de ensino, que consiste na escola primária direcionada para o povo e na escola secundária e superior destinada para a classe dominante, retrata a divisão da sociedade brasileira durante o regime da aristocracia. Porém, a nova sociedade brasileira que se forma com a República é heterogênea, complexa, com uma classe média que envolve intelectuais, imigrantes na zona rural e urbana, industriais etc. A educação, que a princípio é dual, vai sofrendo pressão nesta complexa sociedade (ROMANELLI, 1984). O ensino primário destinado ao povo é precário, além de existirem poucas escolas. Apenas uma minoria consegue concluir o ensino médio e ainda menos alunos conseguem concluir ou mesmo ingressar no ensino superior.

Mais tarde, com o federalismo, que dá autonomia aos Estados, aumentam as diferenças regionais, fragmentando ainda mais a educação, como indica Romanelli (1984). Assim, a cultura e a educação tomam impulso somente em algumas regiões, como, por exemplo, em São Paulo.

A educação, para o povo da zona rural, é praticamente inexistente. A classe média procura por educação para ascender socialmente.

No início do século XX, a população brasileira ainda é predominantemente rural, a economia é essencialmente agrícola, baseando-se no latifúndio e na monocultura, com técnicas artesanais de cultivo.

Em Santa Catarina, região colonizada por meio de pequenas propriedades, a economia é, inicialmente, voltada para a subsistência. Com a constituição do excedente, os imigrantes iniciam a tradição do comércio, principalmente de produtos agropecuários, afirma Goularti Filho (1995).

Além da pequena produção mercantil, outros fatores impulsionam a indústria em Santa Catarina. A partir de 1903, são construídos portos, ferrovias, obras de urbanização e hidrelétricas. Esta infra-estrutura está voltada para a exportação, como a erva-mate do oeste do estado, a madeira do norte, os produtos manufaturados do Vale do Itajaí e o carvão do sul, segundo Bossle (1988). Tal infra-estrutura utiliza a força de trabalho dos imigrantes e de seus filhos.

Goularti Filho (1995) afirma que, com a queda na exploração do carvão, a diversificação no setor fabril, como a cerâmica, o vestuário, o calçado, o setor químico e o metal-mecânico mantêm a economia da região sul de Santa Catarina. Isto mostra uma das características de certos empresários da região, ou seja, o dinamismo na diversificação e na conquista de novos mercados.

Além disso, segundo o autor acima mencionado, os setores carbonífero e cerâmico deixam à disposição a força de trabalho feminina, que é utilizada nos setores de calçado e vestuário.

A economia de Santa Catarina expande-se para o mercado nacional a partir da Primeira Guerra Mundial, quando ocorre o intercâmbio entre as outras regiões do país, em consequência da ampliação do mercado interno brasileiro e das dificuldades de importação. Estes fatores incentivam e ampliam o comércio interno. Para tanto, é aproveitada a capacidade produtiva existente. Com a inserção da economia catarinense no mercado nacional, esta começa a sofrer os mesmos efeitos de expansão ou retração da demanda da economia brasileira (BOSSLE, 1988).

Alguns industriais de minas de carvão passam a ser donos de indústrias de cerâmicas, quando o carvão já não é a principal atividade econômica. O que impulsiona a indústria cerâmica é a existência de argila de boa qualidade, de pequenas iniciativas e de apoio financeiro estatal. A classe dominante na região sul do estado sempre foi representada no parlamento. Inicialmente, vendem carvão para empresas estatais. Depois, é feita ampliação e manutenção da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina e da Usina Jorge Lacerda, também sob encomenda estatal, garantindo a expansão da economia da região, afirma Goularti Filho (1995).

De acordo com Romanelli (1984), desde a Primeira Guerra Mundial, ocorrem no país diversas manifestações e revoltas devido às situações de tensão e conflito pelas quais passam os novos e os setores tradicionais da sociedade. Portanto, os golpes, as revoluções e os movimentos armados ocorrem motivados pelas transformações político-econômicas internas e externas. Com o advento do capitalismo industrial, as importações são substituídas pelos produtos nacionais. Cada vez mais,

aumenta o consumo, criam-se necessidades que antes não existiam. Estes são alguns dos fatos que marcam a vinda da era urbana e industrial.

Mais tarde ocorre a Revolução de 30. Esta consiste em um movimento nacionalista imposto pelo então presidente Getúlio Vargas, que desestimula a imigração. A escola tem papel fundamental no processo político de nacionalização. Paulilo (1998) comenta que, apesar dos políticos saberem que o fato das escolas ensinarem uma língua e uma cultura estrangeiras deve-se ao abandono geral das colônias pelo governo brasileiro, não poupam medidas ‘enérgicas’, como invasão de tropas e requisição de bens.

O golpe de 1937 determina o caminho histórico do país. Num primeiro momento, emerge a nacionalização da economia e com isso a constituição do sistema fabril, em oposição à era colonialista.

Enquanto a economia permanece basicamente agrícola, a escola pública estatal não tem papel importante. Até então, a educação prepara as elites para o ócio ou para carreiras liberais. Com a mudança das relações econômicas, marcada pela industrialização, a educação passa a ter papel fundamental. Criam-se novas exigências educacionais com a modernização da economia, conforme Romanelli (1984). Assim, cabe à escola, neste período, qualificar para as novas relações sociais.

O nacionalismo, próprio da era Getúlio Vargas, consiste basicamente num “pacto social” em que predominam os interesses da burguesia industrial, que anseia pela acumulação de riqueza, tal como na Europa.

Com a vinda de boa parte da população para as cidades e com a mudança nas relações de produção, torna-se imprescindível diminuir as taxas de analfabetismo e trazer camadas cada vez maiores para as escolas. Portanto, o aumento de oferta de trabalho assalariado gerado pelo capitalismo aumenta a demanda social da educação.

Enquanto o povo exige o ensino primário, afirma Romanelli (1984), a classe média reivindica ensino médio. Assim, inicia-se, na década de 1930, a campanha pela escola pública e gratuita, como um direito de todos. Por outro lado, a Igreja católica reivindica a permanência do ensino particular, juntamente com proprietários de escolas.

Entre 1920 e 1940, a taxa de urbanização dobra e a taxa de analfabetismo diminui consideravelmente, principalmente entre os anos de 1950 e 1960. A diminuição do analfabetismo deve-se à criação das classes de ensino supletivo.

Hypolito (1997) comenta que o movimento de constituição do ensino público e laico, coerente com princípios liberais, ocorre ao mesmo tempo em que se desenvolve a industrialização e a urbanização no Brasil.

A partir de 1920, aumenta a procura pela escola. Conforme Nóbrega (2002), o objetivo dos republicanos é uma escola pública primária de qualidade que alfabetize e leve à população informações, valores e práticas sociais do novo regime. Para tanto, é necessário formar bem os professores para que os mesmos passem uma visão de mundo racionalista, cientificista, positivista, republicana, nacionalista e liberal.

Para o Estado Republicano, afirma Nóbrega (2002), é uma questão de honra implantar a escola pública, gratuita e laica, mesmo sendo o discurso maior do que a prática. O final do século XIX e as primeiras décadas do século XX são decisivos para delinear o sistema escolar elementar hoje existente. Neste momento, o Estado passa a organizar e a controlar a educação e, conseqüentemente, o trabalho docente. A criação de grupos escolares, o incentivo às Escolas Normais, a preparação de novas funções (diretor, orientador), o surgimento de várias funções administrativas e a separação entre concepção e execução caracterizam a escola brasileira.

O nacionalismo tem como objetivo valorizar o civismo, a pátria, a língua nacional. Na escola, especialmente os filhos de imigrantes, começam a aprender a geografia brasileira, os fatos e os personagens históricos marcantes, a língua portuguesa, além de aprenderem a amar e a respeitar a pátria, para serem verdadeiros cidadãos brasileiros. O currículo é organizado de tal maneira que os alunos aprendem a respeitar, a obedecer, enfim, são disciplinados para as relações sociais fundadas no trabalho.

O surgimento da escola pública no Brasil coincide com o assalariamento, ou seja, com a produção da riqueza em sua forma burguesa.

3.2 - Escola Pública em Santa Catarina

O ensino público em Santa Catarina começa a se estruturar, seguindo os passos das modificações que vêm ocorrendo nas grandes capitais do Brasil. Apesar de seguir as mudanças educacionais nacionais, o ensino neste Estado possui algumas particularidades.

O início da escola pública coincide com o início da industrialização e com o êxodo rural. A escola exerce papel fundamental no processo de nacionalização das colônias de imigrantes formadas em Santa Catarina.

Os imigrantes, porém, resistem à escola estatal, o que gera conflitos. Há disputas entre o poder público e a Igreja, pois esta quer catequizar os imigrantes de acordo com os valores católicos. As escolas comandadas por padres e freiras sofrem perseguições. O Estado, por sua vez, precisa impor um ensino que divulgue a cultura e a língua nacionais e que transforme o imigrante italiano em cidadão brasileiro, disciplinado, adaptado à nova pátria.

No período colonial, Portugal concede as terras do Brasil, na maioria das vezes, para nobres ou fidalgos, possuidores de fortuna. Apesar de existirem fazendeiros em Santa Catarina, não há o senhor de engenho, as senzalas, a mistura de raças (FIORI, 1991). Existe, contudo, o trabalho escravo, especialmente na caça às baleias em Florianópolis, no final do século XVIII.

Entre 1748 e 1756, inicia a vinda de ilhéus açorianos para o litoral sul de Santa Catarina. As outras regiões são colonizadas principalmente por imigrantes alemães e italianos, no século seguinte.

Por volta de 1866, existem 14 escolas particulares nas áreas colonizadas por estrangeiros, com 373 alunos. Há 67 escolas públicas, com 2.116 alunos. Em 1866, Santa Catarina conta com 107.671 brasileiros e 11.510 “estrangeiros” (FIORI, 1991).

Ao longo dos anos, várias legislações, decretos, regulamentos são criados para a educação. Isto inclui, entre outros, direitos e deveres dos professores e programa escolar a serem cumpridos.

Em 1854, iniciam-se, no Brasil, discussões sobre o ensino obrigatório. Santa Catarina institui a obrigatoriedade do ensino em 1874, referindo-se à educação primária. Tal medida não obtém sucesso, apesar de existir multa para os pais que não mandam seus filhos para a escola (7 a 14 anos para meninos e 7 a 10 para meninas). Porém, a maioria deles não tem condições de pagar multas governamentais. Nesta época, há uma deficiência na inspeção geral do ensino. Na maioria das vezes, o professor é considerado incompetente. O povo é analfabeto apesar de a Província gastar um terço de sua renda em um ensino em que as crianças mal aprendem a ler e a escrever (FIORI, 1991).

Em 1881, devido à falta de habilitação dos professores, à ineficiência das escolas públicas e da inspeção escolar, é feita uma reforma da instrução pública catarinense. Entre outras mudanças, passa a ter concurso para professor, além de liberdade para o ensino religioso, tendo em vista que o estado possui várias colônias de imigrantes e a doutrina religiosa é transmitida de acordo com a vontade dos pais.

Apesar da existência de inspetores, não há controle do conteúdo do ensino, do método utilizado ou do tempo ocupado para as atividades escolares. Os inspetores não são remunerados e os vencimentos dos professores são baixos, como hoje. Nesta época, as escolas públicas começam a ser mistas.

Uma característica peculiar do ensino em Santa Catarina é a existência de escolas organizadas pelos imigrantes. Algumas pertencem a congregações religiosas, outras são coloniais ou comunitárias. A maioria desses estabelecimentos é considerada escola estrangeira, pois pelo menos uma disciplina é ensinada em língua estrangeira, ainda que o professor seja de nacionalidade brasileira. Por volta de 1917, tais escolas passam a se submeter aos horários e ao programa de ensino das escolas públicas. As disciplinas linguagem, história do Brasil, geografia, educação cívica, inclusive o ensino de cantos e hinos patrióticos devem ser ministradas na língua nacional (FIORI, 1991). O período do final das escolas estrangeiras confunde-se com o período de ascensão das escolas públicas.

As escolas estrangeiras, segundo Fiori (1991), são mantidas pelo município e pelos países de origem dos imigrantes por meio dos consulados. O trabalho dos professores nas zonas coloniais muitas vezes é feito gratuitamente, principalmente quando o professor faz parte da comunidade. Aquele que sabe um pouco mais que os outros já pode lecionar.

Na maioria das vezes, a escola funciona na casa do professor. O aumento do número de alunos traz a necessidade de novas instalações. Algumas colônias constroem pequenas escolas, outras utilizam espaços, como o prédio da igreja ou a casa de um colono.

O governador do estado em 1902, Fellipe Schmidt, começa a questionar a educação sob responsabilidade da comunidade e da igreja. Para ele, é preciso organizar o ensino público.

Multiplas, bem o sabeis, são as causas que tem concorrido para o atrazo em que se acha tão momentoso serviço: - falta de fiscalisação constante, capaz e proveitosa dedicação e capacidade por parte do professor e gosto por parte do discipulo.

Tudo, porém, depende da direcção que se imprimir á distribuição do ensino, de modo a tornar a respectiva fiscalisação uma cousa séria e activa, evitando essa trouxidão correlativa que vae do delegado escolar ao professor e deste ao discipulo.

Não me foi licito, entretanto, encarar sob taes principios o problema escolar, attentas, como disse, as nossas condições financeiras, que exigiam as maiores restrições na despeza (Mensagem Apresentada ao Congresso Representativo em 1º/09/1902, p. 16).

Na Mensagem enviada ao Congresso Representativo em 1903, aparece novamente a preocupação com a instrução primária:

A instrucção primaria entre nós muito deixa a desejar, devido principalmente a duas cousas: incompetencia de grande parte dos professores e absoluta falta de fiscalisação.[...]

Si outras fossem as nossas condições financeiras, eu vos proporia uma reforma que, dividindo o Estado em tantas zonas quantas fossem necessarias, autorisasse o governo a collocar em cada uma dellas um inspetor de ensino, remunerado e com obrigações bem definidas, de modo que a responsabilidade do cargo podesse ser effectiva (Mensagem Apresentada ao Congresso Representativo em 26/07/1903, p. 20).

Nesta época, ainda não existem professores habilitados, quem leciona é alguém da comunidade, que se destaca dentre os outros. Os inspetores de ensino, por sua vez, ainda não são remunerados e muitas vezes também são descendentes de imigrantes.

A questão financeira parece ser o principal obstáculo para uma organização da escola pública em Santa Catarina.

Fica evidente a preocupação com a situação da escola pública, conforme a mensagem escrita pelo governador do estado, Vidal Ramos, em 1904:

Todos vos deveis estar convencidos, por conhecimento próprio, da falta de edifícios apropriados ao funcionamento das escolas, quer nesta capital, quer nas localidades do interior, onde o ensino é ministrado contra todos os preceitos pedagogicos e prescripções hygienicas, em casas acanhadas sem ar e sem luz.

Urge, portanto, remediar esse mal habilitando o Governo a ir mandando construir, nas cidades pelo menos, predios, nas devidas condições, para a installação dos grupos escolares de que vos falei na minha primeira mensagem (Mensagem Apresentada ao Congresso Representativo em 24/07/1904, p. 17).

Os motivos para a criação de uma escola pública são elencados no trecho acima: falta de higiene, de prédios adequados e de um ensino de qualidade pedagógica. Entretanto, tais objetivos são apenas justificativas, pois a escola pública vai sendo imposta aos filhos de imigrantes com o intuito maior de nacionalizá-los, tendência que vem ganhando força. Na mensagem do governador Gustavo Richard, apresentada em 1907, estão presentes outros motivos do governo para a organização do ensino primário.

Convem remodelarmos tudo quando temos feito até hoje relativo àquelle serviço e adoptarmos um novo programma de ensino primário practico e moderno, ministrado por um pessoal docente bem preparado.

A reforma augmentará um tanto a despesa actual, porém se impõe pela necessidade que temos de combatermos o analphabetismo e estabelecermos o ensino da lingua vernacula nas nossas antigas colonias.

Deve nos attender prudentemente à criação progressiva de novos estabelecimentos escolares, convenientemente localizados nos centros de população mais densa e funcionando em prédios apropriados, reunindo todas as condições de hygiene.

A fiscalisação das escolas primarias, feitas por inspectores regionaes, muito contribuirá para o augmento da frequencia dos alumnos e desenvolvimento da instrucção, base de todo progresso moral e material do povo.

[...] Basta dizer que cada escola publica dá, annualmente, em termo medio, 3 alumnos prompts em exame final (Mensagem Apresentada ao Congresso Representativo em 05/08/1907, p. 12).

Outros objetivos para a criação de uma escola pública, segundo o governador do estado, são: modernizar o programa de ensino, preparar melhor o corpo docente, combater o analfabetismo, iniciar um processo de nacionalização, melhorar as condições de higiene em prédios adequados, combater a baixa frequência por meio de inspeção escolar, além de incentivar o progresso material e moral do povo. Assim, a instrução primária é imposta aos colonos como um bem indispensável. Além disso, ignora-se que os descendentes dos imigrantes não são necessariamente analfabetos.

Por outro lado, os novos estabelecimentos escolares a que se refere o governador são construídos nos centros urbanos. Dessa forma, o tão desejado ensino da língua vernácula, o combate

ao analfabetismo e às más condições de higiene não acontece conforme o esperado nas zonas coloniais, onde está a maior parte da população. Portanto, os objetivos quanto ao combate ao analfabetismo e às más condições de higiene fazem parte de um discurso já impregnado do pressuposto de que a educação é o elemento fundamental para colocar o Brasil entre os chamados países desenvolvidos.

A falta de higiene e o funcionamento de escolas em prédios inadequados continuam sendo problemas no interior dos municípios onde funcionavam escolas isoladas. Em entrevista realizada com um professor de Urussanga em 13-04-2002, Entrevistado 5, o mesmo afirma o seguinte:

Naquele tempo, o prédio da escola, a casa era de madeira, nem sempre era boa, nem sempre era bem localizada, não tinha água, não tinha instalação sanitária, as próprias carteiras às vezes sentavam cinco ou seis alunos em cada uma. Os móveis eram feitos na comunidade e o lugar era longe. Eu fiz quadros, porque tinha um quadro pequeno.

Ele refere-se a uma escola isolada estadual, localizada no interior de Urussanga, onde inicia sua carreira de professor, em 1953. Portanto, muito tempo depois da reforma de Orestes Guimarães, da construção de grupos escolares, da imposição de uma reforma devido também aos prédios inadequados onde ocorrem as aulas, a situação de muitas escolas isoladas ainda é igual a esta mencionada pelo Entrevistado 5.

A escola, devidamente organizada e fiscalizada, deve ajudar na formação dos indivíduos em uma sociedade que se industrializa. Esta finalidade não aparece de forma explícita nos discursos políticos, mas quando se fala em “civilização de um povo” (expressão presente no trecho abaixo), o interesse é o seu disciplinamento como força de trabalho para o “desenvolvimento” industrial e comercial. Força de trabalho já existe no Brasil, antes da chegada dos imigrantes, mas os escravos recém libertos não podem concorrer com a força de trabalho branca.

O trecho da mensagem de 1908, apresentado a seguir, confirma a necessidade de reformular os padrões educacionais vigentes:

A escola deve ser organizada de conformidade com os métodos racionais, adoptados nos países mais cultos, e será o principal factor da civilização de um povo [...]. Como já tive occasião de dizer-vos, a instrução primaria obrigatoria é o único remédio possível para corrigir o analfabetismo. A prova de nossa asserção a encontramos em alguns países que com a applicação rigorosa daquelles meios, em pouco menos de uma geração, conseguiram diminuir o numero de illetrados de 80 a 40% (Mensagem Apresentada ao Congresso Representativo em 02/08/1908, p. 14 e 17).

O analfabetismo é um problema que persiste até hoje, principalmente entre as classes populares, em que os alunos têm dificuldades para se manterem na escola. Apesar disso, ainda nos dias de hoje, são comuns formulações sobre a centralidade da educação no processo de civilização/desenvolvimento da nação.

A educação catarinense no término do período imperial, afirma Fiori (1991), encontra-se num completo caos: quase nenhum professor possui habilitação, há falta de fiscalização, confusão de leis, regulamentos e reformas não planejadas, entre outros problemas.

Com a proclamação da república, outros valores políticos e sociais se impõem. A nova República, baseada no “governo do povo”, através do direito ao voto, exige instrução, ao contrário da sociedade escravocrata.

Cardoso (2002) afirma que os políticos republicanos seguem o ideário educacional da Monarquia nos primeiros anos, apesar de estarem descontentes com o mesmo. As reformas objetivam implementar técnicas modernas no ensino. Logo após a proclamação da República, o estado de Santa Catarina começa a procurar alternativas para reformular a educação.

Para amparar as possíveis mudanças na educação pública, são criadas leis: “A Instrução publica do Estado tem por fim preparar a mocidade para o bom desempenho dos deveres de cidadão” (Regulamento Geral da Instrução Pública do Estado de Santa Catarina, Título II, Capítulo I, Artigo 9º, 1908, p. 7).

No artigo acima, consta um dos principais interesses dos políticos republicanos, ou seja, preparar os alunos para serem cidadãos cumpridores de seus deveres.

Em outro artigo do mesmo regulamento, constata-se a maneira como os professores devem levar o aluno a respeitar a pátria e, conseqüentemente, acreditar nos valores republicanos.

Como meio de insufflar nos peitos juvenis o sacrosanto amor da Patria, cantar-se-á em todas as escolas publicas, na hora em que terminares os trabalhos da semana, o Hymno de Estado de Santa Catharina bem como no ultimo sabbado de cada mez diante da bandeira Brasileira, o Hymno Glorificador da Bandeira Nacional, cujas letras se acham annexas a este Regulamento (Regulamento Geral da Instrução Pública do Estado de Santa Catarina, Título VIII, Capítulo Único, Artigo 204, 1908, p. 34).

A educação é vista como elemento civilizador, cabendo ao professor desenvolver o significado de cidadania, patriotismo e nacionalidade. Percebe-se, assim, que as mudanças ocorridas com a proclamação da República refletem-se também na educação.

Apesar de todos os problemas, o número de escolas aumenta, conforme Fiori (1991). Em 1909, existem em Santa Catarina 177 escolas públicas e 6.707 alunos, isto sem contar com as escolas particulares. O número de alunos cresce, mas a qualidade do ensino deixa a desejar. As idéias inovadoras ficam no discurso. A culpa da baixa qualidade do ensino público é colocada na incompetência dos professores, como nos dias atuais. Fatores como falta de prédios, de bancos, de material didático, de planejamento e baixos salários não são levados em conta.

Por volta de 1911, inicia-se em Santa Catarina uma reforma do ensino público, cuja preocupação é combater o analfabetismo e iniciar o processo de nacionalização do ensino nos municípios colonizados por imigrantes europeus.

Segundo Nóbrega (2002), para implantar o novo regime republicano, é preciso uma reforma do ensino. O professor paulista Orestes de Oliveira Guimarães é contratado em 1910 pelo governo do estado para fazer a reforma do ensino catarinense. Entre 1907 e 1909, o professor Orestes é diretor do Colégio Municipal de Joinville, onde coloca em prática a modernização do ensino público, presente na reforma de 1911, dirigida por ele. Acompanha esta reforma a organização da Escola Normal, bem como a organização da escola primária através da construção dos Grupos Escolares.

Guimarães organiza e dirige vários Grupos Escolares da rede pública paulista. Ele acredita que, por meio do ensino, pode-se constituir uma nova nação. Na sua concepção, a identidade nacional e a língua portuguesa são elementos fundamentais, assim como o ‘livro de leitura’, por conter quase todas as disciplinas da escola e em língua nacional (NÓBREGA, 2000).

A reforma feita por Guimarães, durante o governo de Vidal Ramos, culmina com a criação da Escola Normal, do Grupo Escolar, da Escola Isolada, da Escola Reunida e da Escola Complementar. As escolas reunidas, porém, surgem somente no governo de Fellipe Schmidt, em 1915. As reformas de 1911 são mantidas até 1935 (FIORI, 1991).

A criação dos grupos escolares é considerada altamente vantajosa:

As vantagens dos grupos escolares são sobremodo patentes; basta notar a divisão do trabalho – consequência da seriação do ensino; a emulação entre o pessoal [...] a fiscalização recíproca entre os membros do corpo docente, e finalmente, a extrema facilidade de fiscalização por parte das autoridades (Mensagem Apresentada ao Congresso Representativo em 23/07/1911, p. 31).

Esta citação revela a estrutura formal e disciplinadora da escola pública. Percebe-se isto pela seriação do ensino, pela fiscalização do corpo docente entre si, além da fiscalização por parte das autoridades. Estes fatores indicam o disciplinamento não só dos alunos, mas também dos professores, que não possuem autonomia, tendo em vista que os conteúdos e comportamentos são ditados pelo governo.

A organização do ensino baseia-se na uniformização dos conteúdos, ou seja, eles devem ser os mesmos em todo o país. A criação dos grupos escolares tem como objetivo reunir diversas escolas primárias espalhadas em uma localidade, para que o ensino seja administrado mais facilmente pelo governo estadual (NÓBREGA, 2002).

Na mensagem de 1915, percebe-se novamente o interesse em criar os grupos escolares para reforçar o processo de nacionalização, que não vem obtendo muitos resultados. “A criação dos

Grupos Escolares, levada a efeito pelo illustre Coronel Vidal Ramos, foi um dos mais bellos serviços que podiam ser prestados á nossa terra e aos interesses de nossa nacionalidade” (Mensagem Apresentada ao Congresso Representativo em 29/07/1915, p. 8).

Para Orestes Guimarães, o domínio da língua nacional pelos alunos parece fundamental para a assimilação cultural. Uma de suas idéias é que o professor das zonas de imigração deve ser bilingüe para não entrar em choque com a comunidade e impedir que os alunos se matriculem. Prova disto é que a disciplina de alemão é inserida no currículo da Escola Normal, pois um professor que não fala alemão não pode ensinar português (MONTEIRO, 1983).

Percebe-se que o programa de reforma de Guimarães dá especial atenção para as escolas localizadas na zona de colonização alemã. De acordo com Monteiro (1983, p. 115), “A população escolar atingida pela escola de nacionalização desempenhou o papel de integradora entre seus ascendentes germânicos e a sociedade brasileira”. Porém, as conseqüências desta reforma são sentidas em todas as escolas estrangeiras.

As escolas estrangeiras são fechadas com o pretexto de serem abertas escolas reunidas e grupos escolares. Tal promessa não é cumprida na maioria das localidades. O objetivo maior é transformar os descendentes de imigrantes em cidadãos brasileiros, cumpridores obedientes de seus deveres, impondo um currículo igual ao das escolas públicas.

Com a reforma de 1911 e as iniciativas de Orestes Guimarães, o ensino catarinense vai aos poucos sendo nacionalizado. Os professores estrangeiros são afastados, só podendo lecionar aqueles que demonstrem habilitação profissional e uso eficiente da língua nacional.

As escolas sob a inspeção de Orestes Guimarães pertencem aos municípios de Blumenau, Brusque, Itajaí, Itaiópolis, Joinville, Nova Trento e São Bento.

Nesta época, o alistamento militar está sendo aprovado pelo Congresso, tendo em vista que a presença do elemento militar faz parte da política brasileira. A disciplina de educação cívica é ensinada em quase todas as classes masculinas. As meninas não estudam este conteúdo por não terem direito ao voto e por não irem para a guerra.

Nóbrega (2000) sugere que a expansão do ensino, tanto no estado quanto no país, faz parte de uma estratégia de ascensão política e manutenção de poder, pois só os alfabetizados têm direito ao voto.

Fiori (1991) afirma que o ideário liberal de Guimarães influencia a educação catarinense. Ele acredita que os conteúdos aprendidos na Escola Normal são fundamentais para a disseminação do pensamento liberal e positivista, próprio desta época. Além disso, o ensino primário, com a duração de

4 anos, torna-se obrigatório para crianças entre 7 e 14 anos. Assim, são criadas inspetorias escolares para fiscalização, é organizada a direção superior do ensino para uniformizá-lo e é instituída a estatística escolar para relatar com exatidão os resultados obtidos.

Além de verificar se o programa de ensino está sendo seguido, a fiscalização tem como objetivo combater a baixa frequência escolar. O Entrevistado 5 diz que no início da sua carreira, em 1953, quem leciona em escola isolada tem muitas responsabilidades:

O trabalho, o movimento do mês era mais difícil do que hoje. Tinha que dar frequência, percentagem, número de faltas, número de comparecimentos. O professor de escola isolada era responsável por toda a escrita da escola. Todo mês ele tinha que trazer o movimento na secretaria de educação e no fim do ano ele tinha que trazer todo o balanço anual, era tudo por conta dele.

Além do ensino da língua portuguesa, a presença no currículo de disciplinas como história, geografia, educação moral, educação cívica e canto devem promover nos alunos o amor pela pátria. Para tanto, são formados ‘batalhões escolares’, que desfilam pelas ruas da cidade em datas comemorativas ou cívicas. Nestas solenidades, as autoridades públicas aproveitam o ensejo para se promoverem e aumentarem seu prestígio perante a sociedade. As inaugurações dos grupos escolares, por exemplo, são motivos para tal promoção. A própria grandiosidade arquitetônica dos grupos escolares ajuda a propagar os ideais do regime republicano, afirma Nóbrega (2000).

A importância atribuída à educação para a propagação de tais idéias está presente em discursos políticos:

À medida que a instrução vae desembotando a alma popular, o interesse pela causa publica e pela direcção dos destinos collectivos vae nascendo e tomando vulto nos movimentos legitimos da opinião.

Mesmo nos mais adeantados Estados da União, naquelles que, com razão, são apontados como modelares em materia de ensino e que de longos annos, numa campanha cerrada e constante, vêm diffundindo a instrução popular, ella está muito longe de corresponder ás necessidades sociaes, evitando assim todos os males que o analfabetismo gera e fecunda. O atrazo das populações do interior é notorio. [...]

Dahi a causa efficiente e provocadora do renascimento inesperado do fanatismo no nosso desconhecido sertão.

O analfabetismo tem dessas terriveis surpresas (Sinopse Apresentada ao Congresso Representativo do quadriênio 1910 a 1914 em 20/06/1914, p. 34 e 35).

O fanatismo a que se refere o então governador Vidal Ramos é a crença, do povo de Curitiba e Campos Novos, na volta do monge José Maria, morto em Irani. Eles acreditam que todos os que morrem em Irani, ressuscitam em Taquarussú. José Maria foi um messias da Guerra do Contestado, ocorrida entre 1912 e 1916, no meio-oeste catarinense. Com a construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande do Sul, pela empresa Brazil Railway, posseiros são expulsos de suas terras, localizadas às margens da Estrada. Além disso, trabalhadores trazidos para esta construção ficam sem trabalho ao final da mesma, aumentando o número de despossuídos. Para o poder público,

o fanatismo é uma decorrência da ignorância e do analfabetismo, e, assim, uma das justificativas para a organização do ensino público.

Fiori (1991) afirma que é exigida uma disciplina muito rígida dos alunos, parecendo-se com a normatização militar. Além do disciplinamento das camadas populares, a escola procura aculturar os filhos dos imigrantes, habituados à cultura e aos valores de seu país de origem, o que dificulta a assimilação da cultura e da língua portuguesa.

A instituição da escola pública, pelo menos em Santa Catarina, parece emergir em oposição ao ensino estrangeiro, sendo marcada pela industrialização.

De acordo com Chagas (1980), a partir de 1915 caminha-se para uma unificação nacional do ensino. A mensagem governamental de 1915 comprova o interesse em fazer do povo, cidadãos brasileiros, pela educação escolar.

Devemos procurar uma receita nova para fazer face ao serviço de instrução, serviço essencial em nosso país, onde o analfabetismo é um entrave oposto ao levantamento do espírito cívico, à consciência da nacionalidade e à prática das instituições liberais que nos regem (Mensagem de 1915 sem referência, p. 23).

O analfabetismo aparece em várias mensagens como justificativa para a organização da escola pública. No entanto, percebe-se, nesta mensagem, os reais objetivos: desenvolver o espírito cívico, impor a nacionalidade brasileira por meio do ensino da língua portuguesa e inculcar no povo os ideais liberais. Assim, a escola nacional passa a ser vista como uma instituição social importante para a formação das crianças, especialmente dos filhos de imigrantes.

A princípio, a preocupação com a organização do ensino primário é apenas dos poderes estaduais e municipais. O sistema escolar nas áreas coloniais começa a preocupar, de fato, o governo federal, somente após a Primeira Guerra Mundial.

No ano de 1916, o Estado mantém 27% das escolas catarinenses, 17,5% delas são mantidas pelo município e 65% são particulares. Estes números referem-se às escolas primárias, pois não existe, ainda, ensino superior em Santa Catarina, o ensino Normal é inexpressivo e o médio expande-se após 1930, a partir da reforma federal do ensino secundário (FIORI, 1991).

O Decreto Federal n. 13.014 de 4 de maio de 1918 possibilita à União subvencionar escolas em comunidades de imigrantes, denominadas de ‘zona de colonização’ (FIORI, 1991).

Em 1920, na Mensagem enviada pelo governador, nota-se, ainda, a preocupação com o ensino de língua portuguesa, história e geografia do Brasil nos núcleos coloniais e com sua conseqüente nacionalização.

O patriótico Governo do Sr. Epitácio Pessoa tem encarado com decisão esse ponto de honra de nossa nacionalidade [...] para as coisas que se prendem ao abasileiramento desses núcleos,

que, entregues durante longos annos aos seus proprios recursos ameaçavam tornar-se um kysto ethnico no organismo nacional, prejudicando a belleza de sua homogeneidade, que é o justo orgulho de todos nós. [...]

O elemento estrangeiro, justiça se lhe faça tem recebido com respeito as medidas administrativas e envidado todos os esforços para dar fiel cumprimento ás disposições que regem os estabelecimentos particulares de ensino. Uma fiscalisação constante e energica, sem violencias, ao lado de uma propaganda bem encaminhada das vantagens praticas do conhecimento da lingua, historia e geographia do Brasil, muito tem contribuido para fazer desaparecer as prevenções dos que pareciam inadaptaveis aos nossos costumes.[...]

O simples acto do Governo do Estado, mandando fechar aquellas escolas municipaes, que funcionavam com flagrante desobediencia das disposições legaes, foi o bastante para que a situação se normalizasse e os dirigentes daquelles municipios providenciassem logo no sentido de serem preenchidas as formalidades exigidas (Mensagem Apresentada ao Congresso Representativo, em 22/07/1920, p. 4 e 5).

Este trecho da mensagem mostra que os problemas continuam os mesmos de vinte anos atrás, porém neste momento existe a intervenção federal, que é considerada “fiscalização enérgica”. A palavra ‘energia’ é sinônimo de repressão, coerção e até mesmo de violência, principalmente contra as escolas alemãs, que são mais resistentes às mudanças exigidas.

O último parágrafo do trecho acima revela a preocupação em “abrasileirar” as escolas particulares, sinônimo de escolas estrangeiras, onde não é ensinada a língua portuguesa. Tais escolas possuem um currículo diferente daqueles existentes nas escolas nacionais.

Ainda na Mensagem de 1920, há uma outra citação relevante para o presente trabalho: “É bem applicado todo o dinheiro destinado á instrucção, porque é dinheiro posto a juros, pois o desenvolvimento intellectual de um povo corresponde tambem o desenvolvimento de sua capacidade economica e da comprehensão de seus deveres civicos” (p. 20). O desenvolvimento da capacidade econômica a que se refere o governador é a capacidade de produzir, de gerar riqueza para o outro, recebendo um salário em troca de trabalho na construção de ferrovias e nas minas no sul do país. A “compreensão de seus deveres civicos” é o entendimento da necessidade de se falar a língua nacional para respeitar as leis, cumprir os deveres, votar, aprender a cultura nacional, enfim, tornar-se um cidadão brasileiro. Para o cumprimento destes objetivos políticos, a escola pública com um único currículo nacional tem papel fundamental na formação do nacionalismo brasileiro. Ainda na mesma Mensagem, o governador escreve:

Em 5 de Outubro de 1917, antes, portanto, da entrada do Brasil na grande guerra, foi sancionada a lei n. 1.187, que estabeleceu obrigatoriamente o ensino de portuguez e de geographia e historia brasileiras em todas as escolas estrangeiras.

Contra essa lei e contra o decreto n. 1.063, de 8 de Novembro do mesmo anno, que a regulamentou, não houve então opportunidade para se erguerem protestos, porque o Governo Federal, como consequencia da sua situação de belligerante, mandou fechar todas as escolas onde não se ensinava efficientemente o portuguez.

Algumas escolas regularizaram sua situação, satisfazendo as exigencias legaes; outras permaneceram fechadas, e outras, e estas em maior numero, foram abusivamente reabertas, em virtude de actos de algumas municipalidades. [...]

Dentre as 147 escolas particulares que actualmente funcionam no Estado, são consideradas estrangeiras apenas 49. Esse numero patenteia o animador progresso que vamos fazendo na obra do abasileiramento por meio de aprendizagem da lingua nacional (Mensagem Apresentada ao Congresso Representativo, em 22/07/1920, p. 23, 24 e 25).

Neste outro trecho, nota-se a perseguição às escolas estrangeiras e aos municípios que não obedecem ao Decreto instituído para o fechamento das mesmas. O ensino da língua portuguesa passa a ser uma exigência. A diminuição de 147 escolas estrangeiras para 49 indica o papel fundamental da escola pública no processo de nacionalização da educação. Os números evidenciam também o “abasileiramento” das escolas estrangeiras. A mesma Mensagem ainda traz importantes informações:

É desnecessário encarecer a relevancia do auxilio que nos presta a União, subvencionando esse numero de escolas, nas quaes estão presentemente matriculados 7.431 alumnos. [...] Devido a esse subsidio federal, o Estado, alliviado das despesas com a instruccão nos municipios de origem colonial, tem intensificado a sua acção nos municipios onde domina a população nacional, combatendo efficazmente o analphabetismo (Mensagem Apresentada ao Congresso Representativo, em 22/07/1920, p. 26 e 27).

O trecho acima indica a importância do subsídio federal para a nacionalização das escolas estrangeiras. Também indica que a escola pública é efetivamente implantada com o apoio financeiro do governo federal, em Santa Catarina.

Enfim, a Mensagem de 1920, escrita pelo vice-governador Hercílio Luz, expressa a existência de uma incisiva política estadual e federal contra as escolas estrangeiras.

Em 1926, na Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, percebe-se que, em algumas escolas isoladas, os alunos ainda falam em língua estrangeira, apesar de todo o investimento para a organização da educação.

Mas, de facto, nas zonas coloniaes grande numero de crianças a fala pessimamente ou mesmo a desconhece por completo, donde a necessidade de, para taes lugares, organizar um plano de ensino que, sem augmento do estagio escolar, simultaneamente attenda á desanalphabetização e ao ensino da lingua nacional, - qualidades que se encontram no programma em apreço (Mensagem Apresentada ao Congresso Representativo em 21/08/1926, p. 32).

As escolas da zona rural continuam sendo um problema, na opinião política. A mensagem mostra que a subvenção do governo federal não resolve a questão de imediato, pois não é simples mudar os costumes e a língua de uma colônia estruturada há quase 50 anos, como é o caso de Urussanga, fundada em 1878.

Muitos filhos de imigrantes ainda não falam ou escrevem a língua nacional e esta passa a ser uma preocupação para o governo. Segundo o Entrevistado 6, que começa a lecionar em 1935, “[...] eu tive casos na primeira série de ter oito alunos que não falavam o português, falavam o dialeto italiano, então era difícil.” O Grupo Escolar onde ele leciona localiza-se na parte central do município, então

pode-se imaginar como é a situação na zona rural, onde o número de matrículas é bem maior e os alunos têm menos contato com pessoas que falam a língua portuguesa.

A mensagem apresentada em 1928, pelo então governador Adolpho Konder, esclarece:

A União continua a subvencionar as escolas coloniaes do Estado, creadas em substituição áquellas cujo fechamento ella determinou, em 1918.

Os resultados apresentados pelas escolas em apreço, bastante animadores, não deixam de reflectir, de modo geral, na collectividade brasileira, pela intensa diffusão da lingua vernacula nas zonas povoadas por estrangeiros e descendentes destes.

Actualmente, cerca de nove mil crianças, de origem allemã, italiana, polaca e hungara, frequentam as escolas subsidiadas pela União.[...]

A percentagem das reprovações, 43%, approximadamente, decorre de a grande maioria dos alumnos, a principio, só falarem linguas estrangeiras (allemã, dialectos allemães, italiana e seus dialectos, polaca e hungara). Por esse motivo, as escolas primarias coloniaes se revestem do duplo aspecto: ensinar a lingua do Paiz e nella proceder á desanalphabetização, segundo os programmas em vigor. [...]

É um problema regional (ligamol-o dos Estados sulinos), ao qual devemos continuar a dispensar todo o interesse, afim de que não falhe o grande labor passado, cujos frutos, demorados por sua natureza, começamos a colher em beneficio nosso e do Paiz.

No anno proximo findo, em virtude das leis relativas á nacionalização do ensino primario, tive necessidade de suspender o funcionamento de algumas escolas particulares estrangeiras, substiuindo-as por escolas nossas (Mensagem Apresentada à Assembléa Legislativa em 29/07/1928, p.65, 67 e 68).

Tais informações indicam que, em 1928, apesar dos avanços no processo de nacionalização, grande parte dos alunos das zonas coloniais continua a falar somente a língua dos imigrantes. Mesmo com a criação dos grupos escolares e da contratação de inspetores, a fiscalização nas escolas rurais é mais difícil. Assim, a cultura, os valores e os ideais estrangeiros continuam, em algumas escolas, inalterados.

Portanto, as justificativas do governo estadual para a constituição de uma escola pública (analfabetismo, falta de higiene, incompetência dos professores etc) misturam-se com a necessidade de abrasileirar as escolas estrangeiras em meio à ideologia nacional de desenvolvimento, anunciando, com isso, que o Brasil ingressa, irreversivelmente, em outro momento de sua história.

3.3 - A Ascensão das Escolas Públicas em Urussanga

A escola pública só começa a se constituir, em Urussanga, no início do século XX. A princípio, as escolas são estrangeiras e particulares, recebendo algum auxílio do estado, bem como do município.

Em 1901, é criada a primeira Lei de Instrução Pública Municipal, baseada na legislação estadual. Alguns artigos desta Lei estão transcritos abaixo:

Art. 1º- Fica o Superintendente Municipal autorizado a despende no exercicio de 1902 a quantia de dous contos de reis (2:000\$000), para auxilio à instrucção publica.

Art. 2º- As escolas subvencionadas serão em numero de dez e receberão vinte milreis por mez, de janeiro até outubro inclusive do anno 1902.

Art. 3º- Afim de uma escola ter direito ao auxilio, precisa que trinta paes de familia, pelo menos, apresentem requerimento ao Superintendente, indicando o edificio aonde a escola funcionar ou terá de funcionar e demonstrando a existencia dos bancos necessarios para trinta alumnos, pelo menos, e do material escolastico necessario. Devem tambem indicar o nome do cidadão que impartira à instrucção aos meninos.[...]

Art. 4º- O Superintendente mandará no menor tempo possível o fiscal geral no lugar indicado para constatar a existencia do que está prescripto no artigo precedente e no mesmo tempo convidará o professor indicado para sustentar perante uma comissão por elle constituida uma prova de capacidade.

Art. 6º- Em todas as escolas subvencionadas do Municipio é obrigatorio o ensino da lingua vernacula. Para tal fim o Superintendente requesiterá da Directoria da Instrucção Publica os livros, papel, tinta e mais objectos escolasticos que julgar necessarios, ficando executiva a obrigatoriedade de que trata-se no artigo anterior, depois de haver o professor recebido o dito material escolastico.[...]

Art. 9º- Entre um raio de 4 kilometros do edificio da escola a instrucção será obrigatoria para os meninos e meninas de 7 a 14 annos ficando a cargo do professor compilar entre o segundo mez do ensino uma estatistica dos meninos que têm a supramencionada idade na zona determinada.

Art. 10º- Os paes que não mandarem os filhos à escola serão multados em cinco milreis e em caso de reincidencia em dez milreis. Ficam sujeitos à mesma multa no caso de três ausencias não justificadas.

Art. 11º- Os professores das escolas subvencionadas não poderão pretender dos paes de familia mais de 800 réis por mez por um menino ou menina, de 1\$200 por dous meninos e de 1\$700 por tres. Se os meninos forem mais de tres pagarão 500 réis por cada um (Ata da 3ª sessão ordinária do Conselho Municipal de Urussanga de 04/06/1901, p. 12 e 13).

O segundo artigo menciona a subvenção do município a 10 escolas. Porém, em Urussanga, nesta época, existem ao todo 14 escolas, sendo que 4 são subvencionadas pelo governo italiano.

Outro dado interessante, presente no terceiro artigo, é que a comunidade também é responsável por manter a escola em funcionamento, pois, para receber a subvenção, a escola precisa ter um prédio específico, bancos e material didático. Por isso, várias escolas funcionam na casa do professor, embaixo de uma árvore, na igreja, e sua existência muitas vezes nem é percebida pelo poder municipal, devido ao volume de exigências para o recebimento da subvenção.

O sexto artigo prevê a obrigatoriedade do ensino da língua vernácula nas escolas subvencionadas pelo município, seguindo as orientações estaduais e federais. Ao que parece, as demais podem continuar o ensino em língua estrangeira, conforme ocorre nas escolas particulares.

A instrução torna-se obrigatória para as crianças que moram até quatro quilômetros próximos da escola. Portanto, as famílias mais distanciadas ficam à margem desta obrigatoriedade.

Os pais dos alunos, de acordo com o 11º artigo, são os responsáveis pelo pagamento dos professores. Portanto, a escola é pública em Urussanga, mas não é gratuita. Os pais alfabetizados ensinam o pouco que sabem aos filhos, até porque grande parte não tem condições de pagar as mensalidades.

Na ata da 2ª sessão extraordinária do Conselho Municipal de Urussanga, realizada em 05/01/1907, constam 16 escolas subvencionadas pelo município. O número de escolas subvencionadas cresce consideravelmente, comparando-se com o ano de 1901, em que o município subvenciona apenas 10 escolas.

Em um ofício enviado em 1906, pelo então Superintendente (prefeito) de Urussanga, Lucas Bez Batti, ao governador do estado, é evidenciada a preocupação em relação ao ensino da língua nacional.

Temos presentemente dous professores Estadoaes nesta Villa! O que fazem elles?
 Jacomo de Brida há muitos annos que embolsa o dinheiro dos cofres do Estado sem apresentar proveito algum, sendo que o Ilmo. Delegado Escolar mensalmente assigna os mappas de frequencia dos alumnos completamente alterados! Mande esse Governo examinar as escolas de Jacomo de Brida e verá si tem elle numero legal de alumnos. Além disso, não tem aptidões para educar a infancia, não conhece cousa alguma em portuguez! [...]
 Na verdade este municipio pode se considerar – em facto de instrução publica – verdadeiramente infeliz (Índice Geográfico de Correspondências – Intendência Municipal de 1906, n. 53).

Na realidade, segundo consta nas entrevistas realizadas, o Superintendente, por meio desta denúncia, deseja atingir o professor Jacomo de Brida, pelo fato de ele ser uma pessoa muito inteligente e muito respeitada pelo governador. Isto preocupa o superintendente, que trata de desqualificar seu oponente político.

Mais adiante, em um outro ofício enviado em 1909 pelo mesmo superintendente ao governador, fica claro que o professor Jacomo de Brida continua lecionando no município, ainda que causando contrariedade.

Tive conhecimento de que ficara sem effeito a remoção do Snr. Jacomo De Brida, o qual há oito annos mais ou menos que é professor nesta Villa, ainda não conseguiu preparar um alumno capaz de ligar duas palavras em portuguez. Si assim me manifesto, não é levado pelo odio, ou por questões pessoaes: é unicamente porque viso o bem da instrucção. Sempre esperei que com a remoção do Snr Jacomo De Brida, V. E. se encarregasse da collocação de um outro professor, capaz de ensinar aos nossos filhos, a lingua vernacula. [...]
 Há mocinhos de 12 a 16 annos, quasi analphabetos e no entanto o Governo há oito annos que paga a um professor incapaz de exercer tal mister! [...] V. E. commetterá um acto altamente patriotico si encontrasse dentro em breve, uma solução satisfactoria a este estado de cousas (Índice Geográfico de Correspondências – Intendência dos Conselhos Municipais para o Governador, 1909, n. 59).

A preocupação com o analfabetismo e o ensino de língua portuguesa, expressa no ofício, tem seu alvo. Ademais, todas as outras escolas públicas ensinam em língua italiana e não preocupam o então superintendente. O ataque pessoal ao professor Jacomo de Brida parece ter motivação política. Apesar disso, o ensino dado em língua nacional já está, no início do século passado, tornando-se uma questão geral.

Segundo a ata de 1909, há em Urussanga uma comissão responsável pela fiscalização das escolas:

Lei nº 35

Art. 1º- Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a pagar ao Presidente da Comissão Escolar Municipal, a quantia de cento e cinquenta mil réis pela Subvenção às escolas, para ajudar a pagar a dívida que existe feita pela Comissão Escolar Italiana na Construção do Edifício escolar desta Villa.[...] Ao mesmo tempo, tendo presentes os altos princípios de soberania e autonomia Municipal, temfé que a dita comissão proceda sempre com a maior liberdade e independencia em sua obra de organização e fiscalisação das escolas subvencionadas procurando que todos os mestres cumpram com o maior empenho os preceitos das leis estadoaes e municipaes sobre a instruccão publica.

[...] o Conselho manifesta a mais completa confiança na dita Comissão e particularmente no seu presidente Dr. José Caruso Macdonald, cidadão altamente benemerito [...] cujos merecimentos e cujo character impolluto estam muito acima das baixas insinuações e calunnias que nestes ultimos tempos poucos mal intencionados têm contra elle espalhado (Ata da 4ª sessão extraordinária do Conselho Municipal de Urussanga de 02/12/1909, p. 120).

Como se vê, a Comissão Escolar Municipal subvenciona escolas “italianas”, além de ter o poder de fiscalizá-las. Este fato revela que as perseguições por parte do superintendente Lucas Bez Batti ao professor Jácomo de Brida parecem ser motivadas por razões pessoais e não pelo fato deste lecionar em italiano.

Além disso, o presidente da Comissão, José Caruso Macdonald, é filho de imigrantes italianos, o que indica que o ensino em italiano, nesta época, não é problema para as autoridades municipais.

Em 5 de outubro de 1917, é aprovada a Lei nº 1.187 que estabelece a obrigatoriedade do ensino de português, geografia e história brasileiras em todas as escolas estrangeiras. Conforme correspondência enviada pelo superintendente de Urussanga ao Secretário Geral dos Negócios do Estado, também em 1917, a subvenção às escolas que ainda ensinam em língua estrangeira é cortada.

A respeito pois da estatística das escolas particulares do municipio, cumpre-me vos informar que tendo, de conformidade com as vossas instruccões, avisado estes mestres todos que a municipalidade não os teria subvencionado por estarem elles em condição de não poderem ensinar a lingua vernacula, a maior parte das escolas não deu aula durante o anno e alguma funcionou somente poucos mezes. Destas não recebi estatística nenhuma.

O único collegio subvencionado foi o das freiras do Sagrado Coração, que ainda não mandou estatística, e a escola estadual desta villa (Ofício da Intendência e Conselho Municipal, 1917, v. 2. N. 14).

Assim, a partir de 1917, as pressões aumentam sobre as escolas particulares cujo ensino é dado em italiano. A escola pública, de língua portuguesa, é instituída em Urussanga e em outras regiões de colonização européia, em confronto com ideais, valores, cultura, língua, costumes e tradições dos imigrantes.

Apesar da imposição do governo de se ensinar a língua nacional em todas as escolas, ainda em 1918, segundo Fiori (1991), o relatório oficial sobre as escolas públicas de Azambuja, Forquilha, Urussanga, Criciúma e Nova Veneza relata que os professores são italianos e que as aulas são

ministradas neste idioma. Além disso, são transmitidos valores culturais e políticos de nacionalidade italiana. Isto começa a ser visto como um obstáculo ao processo de nacionalização.

Em 1926, começa a ser cogitada a idéia de se instalar uma Escola Reunida em Urussanga.

[...] o Snr. Superintendente Municipal declarou que havendo sido creado pelo Governo do Estado as Escolas Reunidas e querendo o Município facilitar por todos os meios a execução do Decreto que creou as Escolas Reunidas propoz ao Governo a aquisição do Predio de propriedade das 'Irmãs de Caridade' [...] (Ata do Conselho Municipal de Urussanga de 1926, p. 160).

Neste período, as irmãs são praticamente expulsas da cidade, à semelhança do que ocorrera com as Irmãs do Sagrado Coração de Jesus e com o padre Luigi Marzano, anos antes. Este fato revela novamente as condições em que é implementado o ensino da língua nacional – com resistência por parte das colônias, de forma autoritária e, muitas vezes, violenta por parte do poder público.

Conforme a Mensagem Apresentada ao Congresso Representativo, em 21/08/1926 (p. 27), o movimento escolar de Urussanga no referido ano é de 79 matrículas nas escolas urbanas, mas apenas 68 alunos freqüentam a escola; as escolas rurais possuem 1.037 matrículas, mas com 878 alunos freqüentes. Portanto, 75,8% das matrículas pertencem à zona rural e 24,2% à zona urbana.

De acordo com o Quadro das Escolas Urbanas e Rurais (Mensagem Apresentada à Assembléa Legislativa em 29/07/1928, p. 61), as escolas urbanas do município possuem 78 matrículas e 74 alunos freqüentando; as escolas rurais possuem 990 matrículas e 883 alunos freqüentando. Vale salientar que a maioria da população continua na zona rural em 1928. De 1926 para 1928, o número de matrículas não sofre grandes alterações, a não ser na zona rural que tem 47 matrículas a menos, mas a freqüência aumenta em 5 alunos.

Por último, convém salientar as dificuldades que acompanham a instituição da escola pública em Urussanga. Há conflitos entre a comunidade, a igreja e o poder público. Os conflitos entre o ensino de língua italiana e portuguesa iniciam em 1915, quando o governo estadual proíbe o município de auxiliar as escolas que ainda não ensinam a língua portuguesa. Isto ocorre pouco depois do início da reforma de Orestes Guimarães, em 1911, direcionada principalmente para as colônias de imigrantes. Entretanto, antes desta data já existem perseguições, principalmente à escola dirigida pelas freiras que, em 1908, são obrigadas a lecionarem de acordo com o programa de ensino municipal, para receberem a subvenção. O ensino público no município começa a se estruturar somente em 1928, com a fundação do primeiro Grupo Escolar e a expulsão das Irmãs de Caridade que dirigem uma escola no local onde é criado o Grupo.

Nesta época, muitas crianças só aprendem português ao freqüentarem a escola, pois algumas colônias ainda preservam a língua italiana. E as perseguições às escolas da zona rural continuam, pois

a maioria dos alunos não aprende eficientemente o português. Isto dura até o final da década de 1930, quando o governo federal toma atitudes mais violentas, através do processo de nacionalização e da imposição de leis proibindo o uso de língua estrangeira nas escolas de Santa Catarina.

3.4 - As Atuais Escolas Públicas de Urussanga

A implantação da escola pública em Urussanga confunde-se com o término da escola estrangeira, pois há conflitos até se conseguir instaurar definitivamente uma escola pública segundo padrões vigentes na época. O processo de nacionalização das escolas italianas sofre muita resistência por parte dos imigrantes e das autoridades municipais que apoiam estas escolas, visto que a maioria dos dirigentes dos municípios, no início do século XX, também são descendentes de imigrantes. A Igreja também apresenta resistência ao domínio da educação pelo poder público.

Os imigrantes sentem que a escola por eles organizada é uma forma de proteção, de garantir e reforçar a preservação de sua cultura, seus valores, seus ideais, enfim, de sua língua.

O primeiro Grupo Escolar do município é criado com a expulsão das Irmãs de Caridade e instalado no prédio construído pelos imigrantes, onde as mesmas lecionam, nesta época em português.

Segundo dados colhidos no Colégio Estadual Barão do Rio Branco de Urussanga, o Grupo Escolar Tibúrcio de Freitas é o primeiro grupo escolar do município, inaugurado em 1928, pelo então governador Dr. Adolpho Konder. Esta escola funciona inicialmente num prédio antigo, oferecendo as três primeiras séries. No livro para o Ponto dos Funcionários do Grupo, de 28 de março de 1928, consta o nome da diretora, Flóscula de Queiroz Santos, além do nome das três professoras: Albina von Frauenberg Teixeira, Maria Flora de Souza e Ibrahima Mambrini.

O nome dado inicialmente ao grupo é uma homenagem ao professor Tibúrcio de Freitas, que nasce no Ceará em 1870. Mais tarde vem para Santa Catarina e se estabelece na cidade de Itajaí, onde se dedica ao magistério e ao jornalismo. Falece em 1915, na cidade do Rio de Janeiro.

O Entrevistado 2 comenta sobre este Grupo Escolar:

Em Urussanga, tanto os Konder como esse Hercílio Luz gostavam muito mais do que o Amim hoje de nós. Foi então que houve aquelas brigas e as freiras foram obrigadas a ir embora, começou a entrar política. [...] Esses Konder gostavam muito dos de Brida, gostavam dos Nichelle, dos Ferraro etc e começaram a apoiar Urussanga. Vinham as moças de Orleans estudar em Urussanga. Os Búrgio de Cocal, os melhores de Estação Cocal, Morro da fumaça vieram todos estudar aqui. [...] Quando Adolfo Konder acampou aquele colégio que era das freiras, criou o Grupo Escolar Tibúrcio de Freitas, que era mantido pelo governo do estado, com uma diretora e três professoras normalistas, que vinham de Florianópolis e ganhavam bem.

Em 1930, o Grupo já possui 4 classes. O total de matrículas é de 73 alunos do sexo masculino e 66 do feminino. Dessas matrículas, a frequência é de 68 para o masculino e 61 para o feminino. Terminam o curso 4 alunos do sexo masculino e 10 do feminino. Neste mesmo ano, Urussanga possui 24 escolas isoladas com 1.227 alunos matriculados, 1.134 frequentando e 51% de aprovação (Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 22/07/1930, p. 48).

Verificando a quantidade de alunos que termina o curso no referido grupo, percebe-se o alto índice de desistência ou mesmo de reprovação. A escola pública vence a escola estrangeira, mas os problemas continuam. Observa-se também que a maior quantidade de alunos concentra-se nas escolas isoladas, onde o número de aprovações também é maior.

O Grupo Escolar Professor Tibúrcio de Freitas é instalado em um prédio novo e passa a se chamar Grupo Escolar Barão do Rio Branco, conforme comenta o Entrevistado 4: “No dia 9 de novembro de 1941, foi inaugurado o Grupo Escolar Barão do Rio Branco, teve uma festa muito grande, muito bonita. Veio o governador, que era o doutor Nereu Ramos, muitas autoridades, veio o trem e naquela época o prefeito era o seu Zeferino Búrigo.” Hoje em dia este grupo escolar chama-se Colégio Estadual Barão do Rio Branco e possui ensino fundamental e médio.

De acordo com Madeira (1988), em 1956, Urussanga possui 66 unidades de ensino primário, 1 unidade de ensino pré-primário infantil, 59 unidades de ensino fundamental comum e 6 unidades de complementar, que equivale ao ginásio de hoje. Em 1958, funcionam 4 cursos Normais Regionais. O ensino no município evolui consideravelmente. Basta notar o aumento no número de escolas. Com o desenvolvimento da indústria e do comércio e conseqüente êxodo rural, aumenta a procura pela escola.

Atualmente, conforme pesquisa feita na Secretaria de Educação, da Prefeitura Municipal de Urussanga, o município mantém 5 escolas de ensino fundamental, 6 jardins de infância, 1 creche e 4 centros educacionais infantis. O Estado mantém em funcionamento 2 escolas com ensino fundamental e médio e 3 escolas com ensino fundamental. Na rede particular existem 2 escolas com ensino fundamental e médio e 2 centros educacionais infantis. Portanto, o município totaliza 25 instituições de ensino.

Comparando-se com o ano de 1930, quando Urussanga possui 24 escolas isoladas e 1 grupo escolar, verifica-se uma diminuição do número de escolas, já que naquela época não existe educação infantil (0 a 6 anos) e hoje esta representa 11 estabelecimentos. O que ocorre é a concentração de mais alunos em poucas unidades de ensino, justamente para facilitar a fiscalização, por motivos econômicos e também pela concentração de pessoas na cidade.

Enfim, o contexto histórico de constituição da escola pública em Urussanga e em Santa Catarina é permeado por conflitos. Por um lado, há a necessidade de aculturar os descendentes dos imigrantes e, por outro, existe a necessidade da imposição de uma escola pública compatível com hábitos, costumes e tradições próprios do trabalho (social) coletivo em processo de ascensão no Brasil, à semelhança do que ocorrera na Europa.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O século XIX é marcado pela vinda de aproximadamente um milhão e meio de imigrantes italianos para o Brasil. A colonização é viabilizada a partir de acordos feitos entre os dois países. O governo brasileiro precisa desenvolver e fazer a integração da indústria nacional, por meio da colonização, utilizando força de trabalho européia.

Por outro lado, a Itália, bem como outros países da Europa, precisa se desfazer da força de trabalho que se torna excedente com a expansão da industrialização e com o êxodo rural. Portanto, a emigração de seu país é uma forma do governo se desfazer dos problemas sociais, impulsionados na Europa pela Revolução Industrial.

Os imigrantes vindos para Santa Catarina formam colônias agrícolas em meio a muitas adversidades. Eles não imaginam que terão que derrubar florestas, construir suas casas, plantar, enfim, começar uma vida nova cheia de dificuldades. Depois de sobreviverem a tantos obstáculos, sentem a necessidade de criar escolas, com o objetivo de reforçar valores, ideais, cultura, costumes e tradições do seu país de origem, visto que no Brasil a escola pública ainda não está organizada, ao contrário da realidade européia. A organização de escolas particulares feita pelos imigrantes é também uma forma de resolver o problema do analfabetismo e da escolarização das crianças. Assim, a constituição da escola italiana está relacionada com o contexto social, econômico e político do Brasil.

A queda das escolas estrangeiras e a ascensão da escola pública confundem-se no seu momento histórico. A escola pública constitui-se permeada por conflitos entre a comunidade, a igreja e o poder público.

A partir de 1911, com a reforma educacional organizada pelo professor Orestes Guimarães e direcionada especialmente para as zonas de imigração, as escolas estrangeiras começam a sofrer pressão para ensinarem a língua e a cultura brasileiras. Mesmo com o Decreto de 1918, proibindo o funcionamento de escolas estrangeiras, há muita resistência por parte dos colonos, que têm a escola como garantia de preservação dos seus costumes e tradições. Passa a fazer parte do currículo destas escolas as disciplinas de história e geografia do Brasil, educação moral e cívica, língua portuguesa, dentre outras. No entanto, esta imposição torna-se mais difícil do que imaginam os políticos, pois os alunos entram na escola sem falar ou escrever qualquer coisa em português.

Em Urussanga, os conflitos entre o ensino de língua italiana e portuguesa iniciam em 1915, quando o governo estadual proíbe o município de auxiliar as escolas que ainda não ensinam a língua

portuguesa. Entretanto, antes desta data já existem perseguições, principalmente à escola dirigida pelas freiras.

Mais tarde, a criação dos grupos escolares facilita a fiscalização e a uniformização dos conteúdos em todo o país. Em 1928, ano em que é criado o primeiro grupo escolar em Urussanga, ainda há alunos que só aprendem português ao entrarem na escola.

A constituição da escola pública está relacionada com a industrialização e com a nacionalização dos imigrantes. O processo de industrialização, considerado como “desenvolvimento civilizatório”, é desencadeado com a construção da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina e com a exploração do carvão, em Santa Catarina. Muitos colonos são obrigados a trabalhar na construção de estradas e nas minas de carvão, devido às dívidas feitas ao chegarem no Brasil. Para que o imigrante faça parte da sociedade industrial que emerge neste momento e sirva de força de trabalho assalariada, torna-se necessário nacionalizá-lo e discipliná-lo. A nacionalização das escolas através da imposição do ensino da língua portuguesa é um interesse político para transformar o imigrante em cidadão brasileiro.

Estas questões estão relacionadas com as hipóteses da pesquisa: a escola pública é instituída para formar as pessoas para o assalariamento, ou seja, para servirem de força de trabalho na sociedade industrial que emerge no Brasil no final do século XIX; a nacionalização dos imigrantes ocorre a partir da criação da escola pública.

Observa-se, portanto, que desde o início da imigração européia para o estado, estão implícitos objetivos governamentais, como modernizar a sociedade e permitir o desenvolvimento industrial. Para alcançar estes objetivos, é necessária a propagação da política liberal, levando os trabalhadores e seus filhos a acreditarem na importância de se aprender a língua nacional e de ser uma pessoa disciplinada, obediente e cumpridora de seus deveres. Isto é fundamental para se atender às necessidades das novas relações de trabalho no Brasil. A constituição da escola pública, portanto, está associada, fundamentalmente, ao disciplinamento social.

Atualmente, assiste-se ao dismantelamento da escola pública. Assim como outros setores públicos, a escola sofre com a falta de investimentos por parte do governo. Permanece, nos dias atuais, a educação para o trabalho assalariado, mas com uma diferença: não há emprego para todos. O aluno estuda sem qualquer perspectiva. A escola já não é capaz de promover socialmente a maioria dos que conseguem estudar.

As escolas estrangeiras foram criadas pelos imigrantes italianos com seu esforço em construí-las e mantê-las em funcionamento. Não há, nesta época, cobrança de impostos. Portanto, os colonos tomam iniciativas sem esperar alguma coisa do poder público.

Enfim, este trabalho mostra a situação das escolas italianas criadas pelos imigrantes que chegam a Urussanga, bem como as motivações para a constituição de uma escola pública, gratuita e laica para todos.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Sônia. **Professores efetivos, professores substitutos: caminhos de persistência e rendição norteados pelo tipo de contratação.** Florianópolis, 1998. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.
- AMORIM, Ricardo e POCHMANN, Marcio (orgs.). **Atlas da exclusão social no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2003.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL PELA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO. X Encontro Nacional, Florianópolis, 2000.
- BALDESSAR, Mons. Quinto Davide. **Os imigrantes - no confronto com os donos da terra, os índios,** 1991a.
- BALDESSAR, Mons. Quinto Davide. **Imigrantes – sua história, costumes e tradições,** 1991b.
- BALDIN, Nelma. **Tão fortes quanto a vontade, história da imigração italiana no Brasil: os vênets em Santa Catarina.** Florianópolis: Insular; Editora da UFSC, 1999.
- BISCAIA, Clarissa Iole. **Um mundo em movimento – imigrantes no século XIX e emigrantes no século XX em Criciúma.** Florianópolis: Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina/Centro de Ciências Filosóficas e Humanas/Curso de Ciências Sociais, 2003.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOSSLE, Ondina Pereira. **História da industrialização catarinense (das origens à integração no desenvolvimento brasileiro).** Florianópolis: FIESC, 1988.
- CADORIN, Jonas. Na Contracorrente da universidade operacional. **A incômoda escola dos italianos de Nova Trento.** IV ANPED – Sul, Florianópolis, 2002. CD ROM.
- CÂMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA. Livro de Atas de 1901 a 1910, Urussanga.
- CÂMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA. Livro de Atas de 1911 a 1928, Urussanga.
- CÂMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA. Livro de Atas de 1929 a 1935, Urussanga.
- CARDOSO, Jorge Alexandre. A formação do normalista na escola catarinense nos anos de 1910. In: DAROS, M. D. **Formação de professores em Santa Catarina.** Florianópolis: NUP/CED, 2002. p. 135-164.
- CARUSO, M., CARUSO, R. **Santa Catarina 500 anos. Índios, baleeiros e imigrantes – uma aventura histórica.** Florianópolis: Unisul, 2000. p. 299-318.
- CHAGAS, Valnir. **O ensino de 1º e 2º graus: antes, agora e depois?** São Paulo: Saraiva, 1980.

CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras. **História oral, teoria e técnica**. Florianópolis: Imprensa Universitária – UFSC, 1978.

DALL'ALBA, João Leonir. **Imigração italiana em Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 1983.

DAROS, Maria das Dores. A sociologia na formação dos professores catarinenses nos anos de 1930 e 1940. In: DAROS, M. D. **Formação de professores em Santa Catarina**. Florianópolis: NUP/CED, 2002. p. 35-52.

ESCARAVACO, Arnaldo. **Urussanga. as imagens da história – da colonização à última década do século XIX**. Vol. I e II. Urussanga: Empresa de Comunicação e Assessoria, 1984.

FIOD, Edna Garcia M. **Homens sem paz: escola, trabalho e colonização**. São Paulo, 1995. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1995.

FIOD, Edna Garcia M. et al. Origens sociais dos movimentos rurais em Santa Catarina (ou ampliação do trabalho, mas não do assalariamento). In: VENDRAMINI, C. R. **Educação em movimento na luta pela terra**. Florianópolis: NUP/CED, 2002. p. 19-39.

FIORI, Neide Almeida. **Aspectos da evolução do ensino público: ensino público e política de assimilação cultural no estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1991.

FREITAG, Bárbara. **Escola, estado e sociedade**. São Paulo: EDART – São Paulo Livraria Editora, 1978.

GOULARTI FILHO, Alcides. **A inserção da indústria do vestuário na economia do sul de Santa Catarina**. Florianópolis, 1995. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

HISTÓRICO do município de Urussanga. Disponível em www.sul-sc.com.br/afolha/cidades/urussanga.html. Acesso em: 15/06/2003.

HOBBSAWN, Eric J. **A era das revoluções: Europa 1789-1848**. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. **Trabalho docente, classe social e relações de gênero**. Campinas: Papyrus, 1997.

LELIS, Isabel Alice. **A formação da professora primária: da denúncia ao anúncio**. São Paulo: Cortez, 1993.

LOPES, Eliane M. **Origens da educação pública: a instrução na revolução burguesa do século XVIII**. São Paulo: Loyola, 1981.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação: da antiguidade aos nossos dias**. Tradução de Gaetano Lo Monaco. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

MADEIRA, Euclides Camargo. **O professor de Urussanga**. São Paulo: João Scortecci, 1988.

MARTINS, Lucinéia. **Professor: uma profissão de moleza, cheia de privilégios**. Monografia de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

MONTEIRO, Jaecyr. **Nacionalização do ensino: uma contribuição à história da educação**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1983.

NÓBREGA, Paulo de. Escola normal, ciência e nacionalidade na primeira república. In: DAROS, M. D. **Formação de professores em Santa Catarina**. Florianópolis: NUP/CED, 2002. p. 113-133.

NÓBREGA, Paulo de. **Ensino público, nacionalidade e controle social: política oligárquica em Santa Catarina na primeira república. 1900 – 1922**. Florianópolis, 2000. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. **Terra à vista... e ao longe**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998.

PIAZZA, Walter F. **A colonização italiana em Santa Catarina**. Florianópolis: Imprensa oficial do Estado de Santa Catarina, 1976.

PINTO, Flavia Maria M. **Escola pública em Lages na década de 1930: espaço de disputa política**. Florianópolis, 2001. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.

SANTA CATARINA (Estado). Congresso Representativo. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo em 1º de setembro de 1902. Florianópolis, 1902. 35p.

SANTA CATARINA (Estado). Congresso Representativo. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo em 26 de julho de 1903. Florianópolis, 1903. 57p.

SANTA CATARINA (Estado). Congresso Representativo. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo em 24 de julho de 1904. Florianópolis, 1904. 34p.

SANTA CATARINA (Estado). Congresso Representativo. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo em 05 de agosto de 1907. Florianópolis, 1907. 45p.

SANTA CATARINA (Estado). Congresso Representativo. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo em 02 de agosto de 1908. Florianópolis, 1908. 47p.

SANTA CATARINA (Estado). Congresso Representativo. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo em 23 de julho de 1911. Florianópolis, 1911. 90p.

SANTA CATARINA (Estado). Congresso Representativo. Sinopse apresentada ao Congresso Representativo do Quatriênio 1910 a 1914 em 20 de junho de 1914. Florianópolis, 1914. 267p.

SANTA CATARINA (Estado). Congresso Representativo. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo em 29 de julho de 1915. Florianópolis, 1915. 12p.

SANTA CATARINA (Estado). Congresso Representativo. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, 1915. (referência incompleta)

SANTA CATARINA (Estado). Congresso Representativo. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo em 22 de julho de 1920. Florianópolis, 1920. 13p.

SANTA CATARINA (Estado). Congresso Representativo. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo em 21 de agosto de 1926. Florianópolis, 1926. 78.

SANTA CATARINA (Estado). Assembléia Legislativa. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa em 29 de julho de 1928. Florianópolis, 1928. 107p.

SANTA CATARINA (Estado). Assembléia Legislativa. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa em 22 de julho de 1930. Florianópolis, 1930. 73p.

SANTA CATARINA (Estado). Índice Geográfico das Correspondências. Fundo: Câmara Municipal, Superintendência e Intendência do Conselho Municipal para o Governador. Ofício da Intendência Municipal de Urussanga de 29 de outubro de 1906. Florianópolis, v. II, n. 53, 1906.

SANTA CATARINA (Estado). Índice Geográfico das Correspondências. Fundo: Câmara Municipal, Superintendência e Intendência do Conselho Municipal para o Governador. Ofício da Intendência Municipal de Urussanga de 21 de setembro de 1909. Florianópolis, n. 59, 1909.

SANTA CATARINA (Estado). Índice Geográfico das Correspondências. Fundo: Câmara Municipal, Superintendência e Intendência do Conselho Municipal para o Governador. Ofício da Intendência Municipal de Urussanga de 25 de março de 1917. Florianópolis, n. 14, 1917.

SANTA CATARINA (Estado). Regulamento Geral da Instrução Pública do Estado de Santa Catarina de 1908, Título II, Capítulo I, Artigo 9º, p. 7, 1908.

SANTA CATARINA (Estado). Regulamento Geral da Instrução Pública do Estado de Santa Catarina de 1908, Título VIII, Capítulo Único, Artigo 204, p. 34, 1908.

SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos Silva. A proposta curricular da Escola Normal Catharinense de 1892. In: DAROS, M. D. **Formação de professores em Santa Catarina**. Florianópolis: NUP/CED, 2002. p. 93-112.

TOMMASI, Livia de et al (orgs) **O banco mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1996.

TRENTO, Angelo. **Os italianos no Brasil/ Gli italiani in Brasile**. São Paulo: Ministério das Relações Exteriores, Embaixada da Itália e Instituto Italiano de Cultura de São Paulo, 2000.